

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO

**“O EMPODERAMENTO DA MULHER”: UM ESTUDO EMPÍRICO DA FEIRA DO
PRODUTOR DE TOLEDO/PR.**

FABIOLA JULIANA RUBIM DE ANDRADE

TOLEDO - PR
2010

FABIOLA JULIANA RUBIM DE ANDRADE

**“O EMPODERAMENTO DA MULHER”: UM ESTUDO EMPÍRICO DA FEIRA DO
PRODUTOR DE TOLEDO/PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em **Desenvolvimento Regional e Agronegócio**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Yonissa Marmitt Wadi
Co-orientador: Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto

TOLEDO - PR
2010

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

A553e	<p>Andrade, Fabiola Juliana Rubim de O empoderamento da mulher : um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR / Fabioloa Juliana Rubim de Andrade. – Toledo, PR : [s. n.], 2010. 99 f.</p> <p>Orientadora: Dr^a Yonissa Marmitt Wadi Co-orientador: Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas</p> <p>1. Trabalhadoras rurais e agricultoras – Toledo (PR) 2. Relações de gênero 3. Feiras-livres – Toledo – Pr. 4. Trabalho feminino 5. Mulheres trabalhadoras – Feira do Produtor – Toledo (PR) 6. Empoderamento I. Wadi, Yonissa Marmitt, Or. II. Staduto, Jefferson Andronio Ramundo, Or. II. T.</p> <p>CDD 20. ed. 331.4098162</p>
-------	---

FABIOLA JULIANA RUBIM DE ANDRADE

“O EMPODERAMENTO DA MULHER”: UM ESTUDO EMPIRICO DA FEIRA DO
PRODUTOR DE TOLEDO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em **Desenvolvimento Regional e Agronegócio**.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Marcelino de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Toledo, 28 de Maio de 2010

Não se nasce mulher; torna-se mulher.

*Simone de Beauvoir, escritora francesa
(1908-1986)*

AGRADECIMENTOS

Esta página tem um caráter formal. No entanto, achei conveniente fazer alguns esclarecimentos sobre a natureza destas relações que foram se desenrolando durante todo o processo de desenvolvimento desta dissertação. Isso porque a nossa trajetória pessoal é, na verdade, a confluência de experiências que vivemos coletivamente. E o envolvimento desta coletividade contribuiu para o meu processo de empoderamento frente às dificuldades para se findar esta dissertação, tanto de caráter profissional quanto intelectual e familiar.

Agradeço, portanto:

A Deus, pela vida e pelo dom da fé que renova as energias e o entusiasmo para perseverarmos diante dos novos desafios;

À compreensão e apoio da minha família, na hora que mais precisei principalmente ao meu esposo Jefferson e ao meu filho João Gabriel;

A todos os professores do Programa de Mestrado pela competência, comprometimento com que conduziram os estudos, contribuindo assim para uma formação profissional de qualidade;

A professora Yonissa, minha orientadora, e ao professor Jefferson, meu co-orientador, a quem sou imensamente grata pela atenção, paciência e apoio em todas as fases da pesquisa, direcionando meu trabalho e transmitindo autoconfiança;

Aos amigos que conquistei no mestrado, com os quais no decorrer do processo foi possível criar um ambiente de união que possibilitou superar obstáculos;

A Clarice, secretária do programa de mestrado, e a todos os funcionários da UNIOESTE que direta ou indiretamente auxiliaram na construção deste trabalho;

E findando com um agradecimento especial, a todas as mulheres da Feira do Produtor de Toledo que me atenderam e abriram as portas de suas casas para que se pudesse concluir esta pesquisa.

RESUMO

ANDRADE, Fabiola Juliana Rubim de. “O empoderamento da mulher”: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/Pr. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*

A dissertação teve como preocupação central compreender como se constituem estratégias de vida de mulheres, que conduzem ao seu empoderamento. Para compreender tal processo, ou seja, o empoderamento da mulher, foi realizado estudo de caso com as mulheres produtoras rurais e urbanas, moradoras do município de Toledo que comercializam seus produtos na Feira do Produtor do município. Considera-se neste estudo a Feira do Produtor de Toledo como um espaço social, onde não apenas são comercializados produtos elaborados artesanalmente ou oriundos de produção agropecuária familiar (como hortaliças, pães, doces, salgados, embutidos, etc.). Mas, também como um espaço que oferece possibilidades de aceleração dos processos de mudança social, que se traduzem, no caso estudado, por meio da afluência de diferentes sujeitos sociais, que interatuam com o objetivo de mudar a condição socioeconômica de suas famílias e a sua própria condição. Acredita-se, e esta é a hipótese desta dissertação, que isto ocorra com as mulheres participantes, que ao ocuparem o espaço da feira se empoderam de diferentes maneiras. Adotou-se a metodologia qualitativa, colhendo-se os dados empíricos através de entrevistas coletivas e individuais, observação participante, resgate de fragmentos de memória e vivências. A pesquisa constatou que apesar da maior parte do orçamento familiar das trabalhadoras entrevistadas ser coberta pela renda feminina ele ainda continua sendo controlado pelo homem. Prevalece o hábito do homem determinar o que a família deve adquirir para o consumo alimentar, para o vestuário e para outras necessidades. No entanto, está havendo uma ruptura no controle masculino pois, na medida em que a consciência da mulher, em relação a aspectos diversos de seu cotidiano, se transforma com o trabalho na Feira do Produtor, o consenso que sustenta o poder masculino perde força. O processo de empoderamento das mulheres pesquisadas ainda é sutil, pois estas são influenciadas por uma sociedade paternalista e consideram o seu trabalho como simples ajuda para seus companheiros e familiares. Por outro lado, estas mesmas mulheres se sentem valorizadas sim, pois romperam, de uma forma ou de outra, com a cultura de que o poder pertence ao homem, simplesmente pelo fato de saírem do âmbito familiar e obterem “ajuda” de seus companheiros e familiares em trabalhos antes considerados exclusivamente femininos, como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

Palavras Chave: Mulher, Empoderamento, Gênero, Feira do Produtor de Toledo/Pr.

ABSTRACT

The dissertation was to understand how central concern is women's life strategies, leading to their empowerment. To understand this process, in other words, the empowerment of women, was conducted case study of women producers rural and urban residents of Toledo County who market their products at the Fair of the Producer of the Municipality. It is considered in this study the Fair Producer of Toledo as a social place, where not are only marketed products hand made or from family farming production (such as vegetables, breads, pastries, snacks, sausages, etc.). But, also as a place that offers the potential for accelerating the processes of social change, as manifested in the case studied, through the confluence of several social people, which interact with the aim of changing socioeconomic conditions of their families and their own condition. It is believed, and this is the hypothesis of this dissertation, this will occurs with women participants, who occupy the space at the fair to empower different ways. Was adopted a qualitative methodology, collecting empirical data through of collective and individual interviews, participant observation, rescue of fragments of memories and experiences. The survey found that although most of the workers interviewed the family budget to be covered by income women it is still being controlled by man. Highly prevalent in men to determine what the family should get to eat food, for clothing and other necessities. However, there is a break in the male control because, in that the awareness of women regarding various aspects of their daily life, turns to the work at the Fair of the Producer, the consensus that sustains male power weakens. The process of empowerment of women surveyed still is subtle, because they are influenced by a paternalistic society, and consider her work as a simple aid to her comrades and families. Moreover, these same women feel valued, as they break in one way or another, with the culture that power belongs to the man, purely because it leaves the family context and get "help" of his comrades and families in work previously considered exclusively female, such as housework and caring with children.

Key-words: Woman, Empowerment, Genre, Fair Producer of Toledo/Pr.

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1: Estado civil dos participantes entrevistados na Feira do Produtor de Toledo.....	43
Tabela 2: Sexo dos participantes entrevistados conforme cadastro da EMATER.....	43
Tabela 3: Sexo dos entrevistados que comercializam na Feira do Produtor.....	43
Tabela 4: Idade dos responsáveis pela barraca da Feira do Produtor.....	43
Tabela 5: Número de dependentes dos participantes da Feira do Produtor.....	44
Tabela 6: Local da moradia dos participantes da Feira do Produtor.....	44
Tabela 7: Tempo de participação na Feira do Produtor.....	45
Tabela 8: Mão de obra familiar feminina envolvida na produção.....	45
Tabela 9: Mão de obra familiar masculina envolvida na produção.....	46
Tabela 10: Utilização de mão de obra de terceiros na produção.....	46
Tabela 11: Utilização de mão de obra familiar na comercialização.....	46
Tabela 12: Utilização de mão de obra de terceiros na comercialização.....	47
Tabela 13: Renda obtida por meio da Feira do Produtor.....	48
Tabela 14: Total de renda familiar proveniente por meio da Feira do Produtor.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COOPAGRO	Cooperativa Agropecuária Mista Oeste Ltda.
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
SEAG	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos	14
1.2 Procedimentos metodológicos: construindo a pesquisa	14
1.3 Apresentação do texto	16
2 EMPODERAMENTO RELAÇÃO DE GÊNERO E AS MULHERES RURAIS	17
2.1 Definição e uso do termo empoderamento	17
2.1.1 As relações de gênero e o processo de empoderamento	21
2.2 Mulher urbana: conquistas e desafios	26
2.3 Mulher rural, lutas e reivindicações	29
3 O MUNICÍPIO DE TOLEDO E A FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO	33
3.1 Caracterizando as Feiras Livres	33
3.2 A Feira do Produtor de Toledo e sua importância	35
3.2.1 Sua localização	36
3.2.2 Projeto e Regulamento da Feira do Produtor	38
3.2.3 As barracas e os produtos vendidos	40
3.2.4 Perfil socioeconômico dos feirantes	42
4 AS MULHERES DA FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO: SUAS TRAJETÓRIAS DE EMPODERAMENTO	50
4.1 Mulher: trabalho e família	51
4.2 Mulher: renda e orçamento familiar	56
4.3 Perfil da mulher trabalhadora na Feira do Produtor de Toledo	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6 BIBLIOGRAFIA	67
7 ANEXOS	74

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como preocupação central compreender como se constituem estratégias de vida de mulheres, que conduzem ao seu empoderamento, através do estudo da participação destas na Feira do Produtor de Toledo/PR. Objetiva-se saber como se sentem em relação ao seu trabalho, que envolve a produção e a comercialização de diferentes produtos, ou seja, saber o quanto se sentem empoderadas em relação à sua atividade.

O tema escolhido é de extrema relevância, visto que, nos dias atuais, está cada vez mais comum constatar a existência do empoderamento ativo das mulheres, por meio da sua participação efetiva em movimentos, conscientização da sociedade sobre os direitos das mulheres, criação de organizações da sociedade civil (associações), construção de projetos políticos e sociais, investimento governamentais em políticas públicas voltadas para as mulheres, visando uma alteração das relações tradicionais de gênero. Esses fatores vão ao encontro das diferentes lutas por sobrevivência, melhores condições de vida, contra a violência, de várias mulheres e suas famílias, principalmente as de baixa renda.

A escolha do tema se ateve à busca de um melhor entendimento das complexas questões que abrangem o envolvimento das mulheres com determinadas atividades e as possibilidades concretas e subjetivas de empoderamento das mulheres no exercício de tais atividades. Neste caso, a comercialização de produtos na Feira do Produtor de Toledo, cujo espaço é ocupado majoritariamente por mulheres.

A percepção inicial sobre o desenvolvimento do tema começou a ser qualificada pelo conhecimento da história das feiras livres, dos significados que sempre estiveram presentes e que representaram em toda a história, bem como o conhecimento de uma literatura especializada sobre as lutas das mulheres urbanas e rurais.

Considera-se neste estudo a Feira do Produtor de Toledo como um espaço social, onde não apenas são comercializados produtos elaborados artesanalmente ou oriundos de produção agropecuária familiar (como hortaliças, pães, doces, salgados, embutidos, etc.), mas também como um espaço que oferece possibilidades de aceleração dos processos de mudança social, que se traduzem, no caso estudado, por meio da afluência de diferentes sujeitos sociais, que interatuam com o objetivo de mudar a condição socioeconômica de suas famílias e a sua própria condição. Acredita-se, e esta é a hipótese desta dissertação, que isto ocorra com as mulheres participantes, que ao ocuparem o espaço da feira se empoderam de diferentes maneiras.

Vários estudos destacam o papel da mulher na esfera da reprodução social, onde seu trabalho tem pouca visibilidade, sendo considerado de caráter acessório ou improdutivo. Esta caracterização está assentada no processo histórico e cultural baseado no regime patriarcal, no qual o homem é considerado superior a mulher e seu trabalho é considerado produtivo frente à propriedade, ou seja, há uma hierarquização dos trabalhos femininos e masculinos que resultam em desigualdades políticas, econômicas e sociais, ocorridas de diversas formas e em diversos contextos (COLLING, 2004).

As desigualdades entre homens e mulheres têm se estabelecido, deste modo, em função de uma ordem hierárquica e de relações de poder, que tendem a dividir a sociedade, tanto no contexto rural quanto no urbano e que têm origem na construção sociocultural e histórica do masculino e do feminino. Graças a esta construção de gênero, atribuem-se papéis diferenciados aos sexos, que são “naturalizados”, de modo a construir-se valores, símbolos, comportamentos e atributos a mulheres e homens, que tendem a inferiorizar o papel das mulheres na sociedade, colocando-as em condição de desigualdade em relação aos homens.

O trabalho feminino no meio rural, segundo Rua & Abramovay (2000), está ligado historicamente ao autoconsumo da família, ou seja, ao espaço doméstico. Devido a suas tarefas centrarem-se no lar e nos cuidados com a família, as mulheres foram subestimadas durante muito tempo e o valor de seu trabalho não era computado, não tendo importância social e econômica. Mas, em diferentes momentos especialmente nos mais críticos, as mulheres buscam o espaço público alterando suas posturas e papéis na participação ativa e na luta por seus direitos.

A busca por novos espaços de trabalho, como a Feira do Produtor de Toledo, por exemplo, segundo Cunha (2006), está relacionada ao reconhecimento profissional e individual de mulheres, consideradas como mulheres “do lar” ou “domésticas”, mesmo quando realizam inúmeras atividades importantes para reprodução familiar que garantem, inclusive incremento da renda familiar.

Aos poucos muitas mulheres foram percebendo que seu trabalho era importante na manutenção das propriedades rurais ou dos lares urbanos em que viviam, que estavam à frente dos seus lares e que o produto do seu trabalho era importante, buscando, desta forma, participar mais ativamente nas decisões relativas a sua família e a sua própria vida. Deste modo, as mulheres passaram a abrir os olhos e encarar a luta de reivindicações por melhores espaços, por melhores remunerações e por lugares dentro da esfera econômica.

Portanto, acredita-se que a inclusão das mulheres na Feira do Produtor de Toledo está ligada à reivindicação pela igualdade de direitos que admitam o aumento de sua autonomia e o do seu “poder” no âmbito da família, da comunidade,

e da esfera pública. Mulheres rurais e urbanas buscam empoderar-se de seu trabalho, assumindo posturas e papéis construídos historicamente como masculinos.

1.1 Objetivos

O objetivo central desta dissertação é compreender como se constituem estratégias de vida de mulheres, que conduzem ao seu empoderamento, através do estudo da participação destas na Feira do Produtor de Toledo/PR.

Neste sentido, constituem-se como objetivos específicos:

- 1) Fundamentar teoricamente a discussão, através do estudo do conceito de empoderamento e de suas vinculações com as relações de gênero;
- 2) Reconstituir o processo de criação e organização da Feira do Produtor de Toledo, visto não existirem estudos sobre a história desta;
- 3) Conhecer a realidade socioeconômica dos feirantes;
- 4) Compreender em que medida as mulheres que comercializam produtos na Feira do Produtor de Toledo, se sentem empoderadas em relação ao seu trabalho e a renda obtida;
- 5) Analisar como o trabalho na esfera pública, ou seja, na Feira do Produtor de Toledo, altera ou não a estrutura familiar e a divisão sexual do trabalho.

Deste modo, a sistematização e organização dos dados buscam permitir a esta dissertação responder às questões propostas e levar a outros questionamentos a respeito da inserção da mulher na sociedade e seu empoderamento diante desta.

1.2 Procedimentos metodológicos: construindo a pesquisa

Para compreender o empoderamento da mulher foi realizado estudo de caso com as mulheres produtoras, rurais e urbanas¹, moradoras do município de Toledo que comercializam seus produtos na Feira do Produtor do município.

A escolha de estudar as mulheres da Feira do Produtor deveu-se inicialmente a necessidade de realizar um recorte amostral dentro da categoria de trabalhadoras da agricultura familiar, grupo inicialmente definido para estudar a

¹ Os dados da pesquisa realizada mostra que a Feira do Produtor de Toledo está constituída tanto por mulheres rurais como por mulheres urbanas que, para a surpresa da pesquisa, constituem a maioria das expositoras das feiras.

inserção das mulheres no espaço social, ou seja, fora do âmbito privado, buscando entender as alternativas constituídas para a obtenção de renda e para a sua realização como indivíduo social.

Na pesquisa, utilizou-se o estudo de caso. O uso desta técnica, segundo Minayo (1994), tem se mostrado de grande valor na busca de explicações para determinadas questões, como as relações sociais e as interpretações realizadas pelos diferentes atores a partir dos seus pontos de vista, sabendo-se que estes não são definitivos. A pesquisa qualitativa é considerada apropriada para a pesquisa social, pois consegue compilar dados, pensamentos e existência, obtendo conhecimento e interpretação da realidade.

O pesquisador no desenvolvimento de sua pesquisa deve ter como atribuição a observação, a vivência, a criatividade e a compreensão. Isso porque supõe que a sociedade seja vista como fruto das relações sociais construídas pelos indivíduos nela inseridos, estando presente nesta relação diversas interpretações da realidade decorrente de toda parte, onde cada indivíduo escolhe a direção que lhe é mais apropriada. Deste modo, as interpretações só podem ser consideradas corretas ou verdadeiras para quem as realiza (ALENCAR; GOMES, 1998).

A pesquisa qualitativa é uma atividade que possui caráter provisório, dinâmico e específico – que marcam as questões sociais. Portanto, no processo de pesquisa tem sido necessário, a cada coleta de dados, seguir uma análise parcial dos dados, para que se reformule questões como a história da Feira do Produtor rural de Toledo, a especificidade do trabalho feminino ou o empoderamento da mulher frente às suas relações sociais e o significado deste empoderamento para as próprias mulheres.

Nesta pesquisa, a unidade de estudo considerada foi à mulher rural e urbana que comercializa produtos na Feira do Produtor de Toledo. A partir disso, foi possível estruturar uma análise dos dados obtidos para poder compreender o empoderamento destas mulheres em relação ao seu trabalho, em suas relações sociais e no seu próprio “eu”.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas. A primeira etapa teve caráter bibliográfico, buscando fundamentar teórica e metodologicamente a pesquisa, com a compreensão de conceitos fundamentais, como empoderamento e gênero, além de entender aspectos da história das mulheres (rurais e urbanas), especialmente em relação aos papéis que lhe são atribuídos e aos lugares que ocupam na sociedade e na família. Nesta etapa, pesquisou-se também sobre a instituição das feiras livres e seu significado nas sociedades em diferentes temporalidades históricas. Em um segundo momento, a pesquisa teve caráter exploratório iniciando-se com a realização de entrevistas com representantes dos órgãos supervisores da Feira do Produtor de

Toledo, como a Prefeitura Municipal de Toledo, a EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) e o Sindicato Rural. Buscando através destes, informações (através de documentos existentes e depoimentos orais) para reconstituir ainda que brevemente, a história da Feira do Produtor de Toledo. Ao mesmo tempo buscou-se informações cadastrais a respeito dos produtores e feirantes do município de Toledo, procurando, desta forma, obter conhecimento geral a respeito do número de feirantes, os produtos comercializados e a história da feira. Na terceira etapa foram realizadas entrevistas pré-estruturadas com algumas das mulheres² que trabalham na Feira do Produtor Rural buscando perceber a subjetividade dos processos relatados. Por último foram realizadas observações “*in loco*” com gravações e anotações consideradas relevantes obtidas em campo, com 23 mulheres feirantes para poder obter dados de suas vidas, buscando, a partir disso, analisar a relação destas mulheres com o “poder”, ou seja, o seu empoderamento frente à sociedade, a economia e seus familiares.

1.3 Apresentação do texto

O texto desta dissertação inicia-se com esta introdução, que constitui o primeiro capítulo, no qual apresenta-se o problema, os objetivos e a metodologia utilizada na pesquisa.

No segundo capítulo discute-se o conceito de empoderamento, sua relação com o conceito de gênero e aspectos da história das lutas das mulheres rurais e urbanas com o intuito de embasar a análise realizada no capítulo quatro.

No terceiro capítulo constituímos um breve histórico da Feira do Produtor do município de Toledo, apresentando suas características atuais, para, a partir destes, caracterizar os feirantes que ali trabalham.

Enfim, no quarto capítulo, analisa-se as informações obtidas na fase de campo, procurando responder se há ou não empoderamento das mulheres que trabalham na Feira do Produtor de Toledo.

As considerações finais representam um espaço reservado para minhas opiniões a respeito da pesquisa e do tema tratado.

² A Feira do Produtor de Toledo possui 46 barracas. Dentre estas, todas, direta ou indiretamente, contam com trabalho feminino. Nesta fase foi realizada entrevista com três mulheres, por serem as mais antigas feirantes a comercializar neste local.

2 EMPODERAMENTO, RELAÇÕES DE GÊNERO E AS MULHERES RURAIS E URBANAS

Este capítulo tem por objetivo proporcionar uma maior compreensão sobre o tema pesquisado, apresentando, deste modo, uma breve discussão sobre o termo “empoderamento” e as relações de gênero, abordando conceitos e definições sobre as mulheres rurais e urbanas, no sentido de se fazer uma análise da busca pelo seu “empoderamento”. Para tanto, está dividida em quatro seções.

A primeira seção apresenta a definição, uso e as implicações do termo empoderamento; a segunda seção apresentará o processo de empoderamento das mulheres no contexto das histórias constituídas e as relações de gênero; na terceira seção abordará a busca da mulher rural por seu empoderamento; e a quarta seção finaliza esta etapa, expondo algumas considerações sobre o processo de luta das mulheres urbanas pelo seu empoderamento.

2.1 Definição e uso do termo empoderamento

A origem do termo empoderamento tem sua raiz na reforma protestante, que foi contrária ao paternalismo e fundada em valores inalienáveis, como o protagonismo pela luta social (Herriger, 1997 *apud* Baquero 2006).

No século XX o termo passou a ser utilizado em ações integradas dos movimentos de direitos civis e emancipatórios nos Estados Unidos, através: da bandeira do poder negro, como uma forma de autoavaliação da raça e conquista de cidadania; nas diferentes correntes do movimento feminista, que buscava valorização do trabalho da mulher na vida econômica, social e cultural; no movimento de emancipação homossexual, que buscava direitos de cidadania; e no movimento de pessoas deficientes, que queriam seu reconhecimento como pessoas cidadãos.

Desta maneira, o termo empoderamento constitui-se num conceito múltiplo e complexo, sendo usado em diferentes contextos e por diferentes organizações. Como exemplo, a literatura sobre o tema é encontrada nos campos da educação, da sociologia e da psicologia, assim como no trabalho de organizações de desenvolvimento e em movimentos feministas.

Para Baquero (2006), há uma infinidade de entendimentos sobre o termo empoderamento devido ao seu difundido uso. Isto ocorre pois, na língua portuguesa, não há uma tradução real para o termo original, podendo ser interpretado

de maneiras distintas, assumindo, desta forma, significados diferentes em sua compreensão.

Se o termo empoderamento, segundo (Baqueiro, 2006), for usado como verbo transitivo, seu entendimento se refere a investir ou dar poder a outra pessoa ou grupo – desta forma, haverá um grupo de pessoas desempoderadas que se sentirão incapazes de sua ação de poder. Mas, se o empoderamento for usado como verbo intransitivo, sua compreensão tem sentido oposto, devido ao termo empoderamento estar associado a tornar as pessoas capazes ou ajudá-las a desenvolver habilidades para que possam obter poder por seu próprio esforço, ganhando controle sobre suas vidas e, conseqüentemente, tornando-se empoderadas de seus atos.

Oxaal e Baden (1997), em seu trabalho, descrevem e qualificam o termo empoderamento em diferentes noções, com referência especial ao empoderamento das mulheres. Segundo os autores, a idéia de poder se encontra na raiz do termo empoderamento, e este poder pode ser compreendido como quatro formas diferentes de poder:

- “*power over*” ou “poder sobre”: este poder envolve um relacionamento de dominação e subordinação. Sendo baseado em ameaças e em intimidação, representa a estaca zero de um jogo em que o aumento de poder para um indivíduo significa a perda deste para outro;
- “*power to*” ou “poder para”: este poder está relacionado a ter autoridade para tomar decisões, poder resolver problemas e poder permitir ser criador de seus atos;
- “*power with*” ou “poder com”: este tipo de poder envolve os pessoas que se organizam com uma determinada finalidade e que possuem objetivos em comum para poder conseguir objetivos coletivos;
- “*power within*” ou “poder de dentro”: que se refere à autoconfiança, à autoconsciência e às decisões dos indivíduos. Este poder está relacionado a como os indivíduos podem se reconhecer donos do poder em suas experiências de vida e como este poder atua em suas vidas.

A maneira pela qual as pessoas, as instituições e as comunidades adquirem poder, segundo Baquero (2006), tem aplicações e definições diferentes e em diferentes níveis e categorias, como:

- o empoderamento individual: neste nível, o empoderamento se refere à habilidade dos indivíduos em tomarem posse e controle de suas ações, para agir na melhoria de suas vidas. Está fundado no individualismo, dando ênfase à autoconfiança dos indivíduos;
- o empoderamento organizacional: este empoderamento está relacionado à delegação de poder de decisão e de autonomia a funcionários na administração de empresas, com o objetivo de se obter comprometimento dos empregados para com as decisões que visam melhorar o desempenho organizacional, ou seja, tem como foco o aumento da produtividade;
- o empoderamento comunitário: se relaciona ao processo de capacitação de grupos desfavorecidos para articulação de interesses comunitários que buscam a conquista e defesa de seus direitos, além de interferir direta ou indiretamente no campo político.

Sen (2002) define o termo empoderamento como um processo de ganhar poder, tanto para controlar recursos externos como para o crescimento da capacidade interna do indivíduo e de sua autoestima. São as pessoas que se empoderam a “si mesmas”, ainda que possa haver ambiente de apoio dos agentes externos para esta mudança. O empoderamento não é um jogo de soma zero (um ganha e outro perde), ainda que possa haver ganhadores e perdedores em certos sentidos. Desta forma, o grupo em que o indivíduo está inserido é importante para se obter poder; porém, a transformação pessoal dos indivíduos é também essencial.

Freire (*apud* Baquero, 2006, p. 83) tem a mesma concepção do termo, configurando o empoderamento como um processo pelo qual o coletivo se dá na interação entre os indivíduos, sendo o empoderamento individual uma condição necessária, mas não suficiente, para a transformação social. Desta forma, o empoderamento se dá em um processo de ação social em que os indivíduos tomam posse de suas vidas pela influência mútua com outros indivíduos, causando desta forma pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo e alterando as relações sociais de poder.

[...] O empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Mas isso não se dá no vazio, numa posição idealista, segundo o qual, a consciência muda dentro de si mesma. [...] Conscientizar não significa manipular, conduzir o outro a pensar como eu penso; conscientizar é “tomar posse do real”, constituindo-se o olhar mais crítico possível da realidade (BAQUERO, 2006, p. 84).

A definição do termo empoderamento está relacionada a diferentes aspectos, não estando relacionado somente à tomada de decisão pelos indivíduos, mas também está relacionado aos processos que levam os indivíduos a perceberem que são capacitados para ocupar o espaço de tomada de decisão.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Romano (2002) distingue empoderamento como abordagem e como processo, onde:

- empoderamento como abordagem: coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, implicando no desenvolvimento da capacidade de pessoas e de suas organizações. Significa, desta forma, poder superar as principais fontes de privação das liberdades, construir novas opções, poder e saber escolher e poder implementar e se beneficiar de suas escolhas;
- empoderamento como processo: é percebido como o conjunto de relações pelas quais as pessoas, as organizações, as comunidades tomam domínio de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. São processos conflituosos, no sentido de que dizem respeito a situações de dominação explícitas ou implícitas.

Desta forma, o empoderamento não se relaciona apenas à construção de uma consciência crítica pelo indivíduo, nem se resume à melhoria de vida deste, mas envolve a aquisição de poder, pois é um processo articulado no qual o indivíduo adquire uma consciência crítica, podendo, com isso, intervir e transformar a realidade à sua volta.

Entre os diferentes níveis de empoderamento, a Organização Mundial da Saúde – OMS (*apud* Baquero 2006, p. 86) destaca seus aspectos sociais, políticos e culturais, através dos quais os indivíduos, para satisfazerem suas necessidades, tornam-se capazes de demonstrar suas preocupações, atuar na política e buscar estratégias para tomada de decisões. Assim, o empoderamento da mulher necessita da aproximação de uma consciência a respeito da realidade do cotidiano.

Esta conscientização, segundo Sen (2002), tem aos poucos ampliado a participação feminina na esfera social, política e econômica, assim, em um primeiro momento, os movimentos se voltavam para a conquista do bem estar feminino, passando, posteriormente, as mulheres a participarem como agentes capazes de agir e transformar a sua vida e a de sua família.

Lagarde (1996), entende que o empoderamento das mulheres implica na inversão dos mecanismos do poder patriarcal fundado na invisibilidade

feminina, na sua opressão, na mudança de crenças e de costumes e na conquista de direitos pelas mulheres. Este poder obtido pelas mulheres necessita de um conjunto de atos e recursos fundamentais, tais como:

[...] serem respeitadas em sua integridade, e não serem violentadas; afirmarem-se e encontrar correspondência de suporte e afirmação no mundo; acederem aos recursos e bens para a satisfação de suas necessidades; intervirem com paridade em todas as decisões e assuntos do mundo; não serem oprimidas e relacionarem-se com os homens em igualdade de condições; reconhecerem-se nas instituições e na cultura que lhe são próprias; serem reconhecidas como gênero, como um sujeito histórico (LAGARDE, 1996, P. 209).

Desta forma, o empoderamento das mulheres não é um processo homogêneo nem igual para todas, pois este depende do contexto em que estas mulheres estão inseridas, sua história de vida, o grau de participação e envolvimento nos diversos espaços, sendo que ele só é percebido por elas mesmas ou pelos agentes sociais com os quais estão relacionadas (DEERE; LEON, 2002).

Neste contexto, esta dissertação adota, como base de análise do empoderamento das mulheres da Feira do Produtor de Toledo, dois tipos de poder descrito por Oxaal e Baden (1997): o “*power to*” ou “poder para” que está relacionado a ter autoridade para tomada de decisão, poder resolver problemas; e o “*power within*” ou “poder de dentro” que se refere à autoconfiança, ou seja, é o poder pelo qual os indivíduos, neste caso as mulheres, podem se reconhecer donas do poder em sua experiência de vida e como este poder atua em suas vidas.

Assume-se assim, também o conceito de Romero, do empoderamento como processo, ou seja, o empoderamento como mecanismo pelo qual os indivíduos, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios atos, de sua própria vida, de seu próprio destino, tomam consciência da sua capacidade e aptidão para produzir, inventar e administrar.

2.1.1 As relações de Gênero e o processo de empoderamento

Segundo Oliveira (2006), abordar as relações de gênero significa abordar as relações de poder, sendo que, dentro da condição feminina, muitas mulheres não podem decidir suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e, principalmente, não acumulam, mas reproduzem este poder, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder.

As relações de gênero configuram-se historicamente, como relações desiguais, que mantêm a mulher subordinada ao homem e ao domínio patriarcal. Nestas, o poder de gênero está assegurado através dos privilégios masculinos e das desigualdades entre homens e mulheres. Apesar das diferenças de classe, de raça e cultura, alguns aspectos derivados da condição de subordinação são comuns a todas as mulheres, como o controle masculino do trabalho das mulheres; o acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos; a violência masculina e o controle da sexualidade.

Hernandez (2009), em seu estudo sobre as relações de gênero e a política de crédito, descreve duas formas de se entender as relações de desigualdade existente entre o homem e a mulher:

- O gênero como determinismo biológico: é explicado com a criação das diferenças biológicas que contrapõem o homem e a mulher, sendo que esta postura, que esteve vigente até a década de 1970, parte da idéia de que a partir da diferença biológica entre os sexos se explicava a subordinação feminina em termos “naturais” e até “inevitáveis”. Assim, por um lado, a interpretação sobre a origem da opressão da mulher centrava-se na maternidade e, por outro, as diferenças físicas eram utilizadas para explicar os comportamentos próprios de cada sexo;
- O gênero como construção social: considera que as relações da opressão sexual fazem parte da divisão social do trabalho e, conforme ocorre o progresso do sistema capitalista, ocorre a separação da esfera pública (da economia e da política, para os homens) e da esfera privada (da reprodução, para as mulheres). A divisão sexual do trabalho não ocorre apenas pela divisão social do trabalho entre homens e mulheres nos setores produtivo e reprodutivo, mas também através das normas que as regulam, como nas representações do feminino e do masculino associadas ao reconhecimento social (desigual) de homens e mulheres que deriva dessa relação, assim como nas relações de poder.

Segundo, Meyer (2004) *apud* Hernandez (2009), a categoria “gênero” está em todas as formas de construção social, cultural e linguística entendidas como processos que diferenciam mulheres e homens, incluindo os

processos que produzem seus corpos distinguindo e nomeando homens e mulheres como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. Neste sentido, Hernandez (2009), ressalta que as relações de gênero estão relacionadas em um contexto amplo das relações sociais que estruturam a divisão dos recursos, as responsabilidades, as exigências e as obrigações entre grupos sociais numa sociedade determinada.

“A perspectiva de gênero”, ou seja, aquela que coloca em foco as relações entre os gêneros distinguindo o que é natural/biológico do que é social e culturalmente constituído, segundo Lisboa (2003) o desenvolvimento humano e sustentável, que abrange toda a organização social das pessoas a sociedade, passando por mecanismos complexos de mediações e redefinindo as bases dos poderes de gênero, visando, deste modo, a distribuição igualitária dos espaços, dos bens, dos recursos e das oportunidades entre homens e mulheres.

A perspectiva de gênero exige uma nova postura diante da concepção do mundo, aos valores e ao modo de vida, ou seja, põe em crise a legitimidade do mundo patriarcal. Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e inequidade entre gêneros são produtos de ordem social dominante e que as múltiplas opressões de classe, raça, etnia, geração que exercem sobre a mulher configuram uma superposição de domínio (LISBOA, 2003, P. 19).

Diante do debate sobre as relações de gênero, Oliveira (2006), expõe que todos os esforços e tentativas de compreendê-las apontam para um elemento comum, que é a importância das relações entre gênero e poder. Neste sentido, a definição de gênero é baseada na vinculação de duas proposições, propostas por Scott (1995) fundamentais:

- o gênero é um elemento constituído de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos;
- o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Segundo Oliveira (2006), a inquietação das mulheres na busca por uma mudança nas relações de gêneros fez surgir nos anos 80 o termo empoderamento, que começou a ser usado pelo movimento feminista.

Para Deere e León, (2002), dentro do movimento feminista o termo empoderamento surgiu como estratégia das mulheres dos países pobres para mudar suas próprias vidas, e teve como objetivo, conseqüentemente, mudar as sociedades nas quais elas estão inseridas.

Desta forma, o processo de empoderamento da mulher precisa ser visto como fonte de transformação, pois desafia as relações culturais existentes, como o

patriarcado³. Este “poder” pode levar ao desempoderamento do homem e a mudanças na dominação da mulher pelo homem, seja em relação ao controle de sua vida, seus bens e suas opiniões.

Mas o empoderamento da mulher, segundo Deere e León (2002), visto de um outro modo, empodera o homem no sentido material e psicológico, pois a mulher passa a dividir responsabilidades que antes pertenciam aos homens. Conseqüentemente, o empoderamento da mulher provoca mudanças de um coletivo, ou seja, a mudança nas relações sociais dentro da família.

O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados (DEERE E LEÓN, 2002).

As mulheres tornam-se empoderadas, deste modo, através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais, possuindo como parâmetro para o empoderamento a construção de uma autoimagem e confiança positiva; o desenvolvimento da capacidade para pensar criticamente; a construção da união de grupo; a promoção da tomada de decisões e a ação.

Segundo Baquero (2006), o processo de avanço do empoderamento da mulher se dá através de quatro níveis de igualdade, tanto coletivo como individual, e, para sua perfeita definição, o empoderamento deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos:

- Componente cognitivo: refere-se à concepção que as mulheres têm de sua própria subordinação assim como as causas desta em todos os níveis da sociedade. Envolve a compreensão do “eu” e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam estar em desacordo com perspectivas culturais e sociais. Este componente cognitivo do empoderamento também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos legais e as dinâmicas político - sociais;
- Componente psicológico: inclui o desenvolvimento de sentimentos de autoestima e autoconfiança que as mulheres podem por em prática a nível pessoal e social para melhorar sua condição

³ Segundo Aguiar (1997), o poder patriarcal é caracterizado como sendo um sistema de normas baseado na tradição, tendo como elemento básico da autoridade patriarcal a obediência ao senhor.

de vida, assim como dá evidência à confiança de que podem ter êxito em suas lutas por mudanças;

- Componente político: envolve a habilidade para analisar o meio em que se vive em termos políticos e sociais, buscando com isso capacitar-se para organizar e promover mudanças no campo político e social;
- Componente econômico: está relacionado à importância do cumprimento de atividades capazes de gerar renda que assegure certa independência econômica, supondo, desta forma, a independência econômica das mulheres. Este componente é essencial para o apoio ao componente psicológico.

O processo de empoderamento da mulher origina uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e de responsabilidades – possibilitando, desta maneira, traçar uma ponte entre a sociedade local e a sociedade global, ampliando a inserção dos indivíduos para além de suas famílias, saindo de um nível micro para um nível macro.

Mas este processo de poder deve ser levado, primeiramente, pela criação de uma consciência da discriminação de gênero, exigindo, em um primeiro momento, que a mulher mude sua concepção de inferioridade, de um ser frágil, sem capacidade, para tomar posse de seus atos e de seus direitos.

Para Deere e León (2002), outra forma da mulher empoderar-se se refere ao seu poder de barganha, que é entendido como o poder de uma pessoa satisfazer sua necessidade de subsistência fora do ambiente familiar. Este poder de barganha dentro de uma família rural inclui a posse e controle da propriedade, acesso a emprego que gere renda, acesso a recursos naturais, acesso a sistemas de apoio sociais e acesso a apoio do Estado ou ONGs. Desta maneira, quanto maior for sua capacidade de viver sem a família, maior será o seu poder de barganha.

Para as mesmas autoras, a posse de terra e de bens pelas mulheres rurais melhora seu poder de barganha dentro da família e seu poder de agir com autonomia para expressar seus próprios interesses nas negociações que afetam a sua própria vida e de sua parentela. Mas esta posse de terra e de bens pelas mulheres desafia a relação de poder dentro de uma cultura fundada no patriarcalismo, no qual o homem se sente inferiorizado perante a sociedade ao se deparar com uma mulher mais “rica” do que ele.

O comando da propriedade, para Deere e León (2002), fortalece o poder de barganha da mulher até o ponto em que este poder resultar na capacidade

de negociar com os homens como iguais, sem marginalização ou insubordinação, que é o principal objetivo das lutas femininas pelo empoderamento. Mas a conquista dos seus ideais exige lutas contra a desigualdade de gênero e mudanças a favor da mulher em equilíbrios de poder dentro da família, na comunidade e em vários níveis sociais e políticos.

Nesse sentido, o poder pode ser visto como aspecto essencial a todas as relações econômicas, sociais e pessoais e o exercício do poder pode ser entendido enquanto processo de empoderamento.

Este processo, para Sen (2002), é o processo pelo qual se ganha poder, tanto para controlar os recursos externos, como para o crescimento da autoestima. São as pessoas que se empoderam a “si mesmas”, ainda que os agentes externos de mudanças possam catalisar o processo ou criar um ambiente de apoio.

Desta forma, a teoria abordada ajudará a compreender e mensurar como as mulheres que trabalham na Feira do Produtor Rural de Toledo se sentem em relação ao “poder” atribuído a elas através de seu trabalho e de seu reconhecimento perante aos familiares e a sociedade.

2.2 Mulher urbana conquistas e desafios

Muito se tem pesquisado sobre as mudanças culturais em relação à mulher e seus novos papéis na sociedade. O surgimento de movimentos sociais dispersos em vários pontos do mundo representou a materialização de possibilidades de reivindicações, não só de ordem econômica, mas também de ordem cultural, ambiental, étnica e de igualdade entre os gêneros.

O significado de ser mulher até os anos 1960, para Rago (2004), era o de identificar-se com a esfera privada da maternidade, do lar e do casamento. A partir da década de 1970, com a modernização socioeconômica, passa a haver mudanças culturais e sociais em relação à mulher.

Mesmo com essas mudanças, Silva (2004), salienta que, nas primeiras décadas do século XX, na história do movimento operário no Brasil, a participação feminina nas questões que envolviam o trabalho era considerada uma ameaça, ou seja, enquanto objeto de discursos e intervenções, havia muitas vezes a percepção de que as mulheres ameaçavam o trabalho masculino.

Este cenário levou milhares de mulheres ao mercado de trabalho e as lutas dos movimentos feministas⁴ passaram a pressionar a redefinição da mulher na sociedade. Esta mudança, para Rago (2004), foi tão intensa que, hoje, dificilmente, alguém afirmaria que a mulher não tem capacidade mental, ou condições físicas para ser uma boa governante, dirigente política, empresária ou para realizar tarefas tidas como masculinas.

Rago (2004), acrescenta que as mulheres não tinham vida pública, ou seja, não tinham acesso aos negócios, a cargos políticos ou de direção, à cultura, à educação ou à possibilidade de frequentarem bares, restaurantes, cafés ou certos lugares públicos. Tinham que se submeter à autoridade masculina, em casa ou fora dela:

[...] aprendemos a ler a divisão das esferas da vida social e sexual através das lentes masculinas, elitistas e brancas do século XIX, que definiu o espaço privado como o lugar das mulheres, enquanto que o público caberia aos homens [...] (RAGO 2004, p.34).

A partir da década de 1970, segundo Bruschini (1998), este quadro começou a mudar, pois as mulheres começaram a se considerar como sujeitos políticos, passando a destacar a importância de seu trabalho na economia em distintas atividades, quer seja no setor formal ou informal, em áreas urbanas ou rurais. Logo em seguida passam a priorizar a caracterização da divisão sexual do trabalho, conferindo visibilidade à definição rígida de postos masculinos e femininos. Outro marco referencial importante foi o surgimento do conceito de gênero, que auxiliou na visualização das relações sociais entre homens e mulheres, permitindo interpretações mais claras quanto à definição social de papéis masculinos e femininos.

Seguindo a mesma linha, Rago (2004), acrescenta que as mulheres invadiram o mundo público, o que marca uma forte diferença em relação ao passado, mas na maior parte das vezes, não ocupam postos de comando. “Ser mulher” no século XXI deixou de significar somente gravidez e parto, demonstrando uma ruptura com a ideologia da domesticidade. A autora argumenta que a única revolução no século XX que realmente vingou foi a feminista, provocando não só o acesso das mulheres à cidadania, mas à política e à economia. Assim, as mulheres não só entraram no mundo da cultura, dos negócios e da política, mas também começaram a feminizar a existência social, com suas práticas e olhares diferenciados.

A não-ocupação de postos de comando, ou a inferiorização da mulher frente às tarefas a elas atribuídas é estudada por Alves, Amorin e Cunha

⁴ O feminismo pode ser definido, para Bandeira e Siqueira (1997, p. 270), “[...] como um movimento social que abriu novas perspectivas e que trouxe novas questões aos campos disciplinares, a produção do conhecimento e da ciência, bem como desencadeou mudanças na ordem social e política [...]”.

(1997), que relatam que as mulheres ocupam os postos que menos remuneram, ou de pouca importância, uma vez que são funções onde há pouco poder de decisão.

Kon (2002), salienta que a segregação ocupacional tende a favorecer o sexo masculino, em que as diferenças salariais entre os sexos não são resultados de características biológicas, ou seja, força física ou mesmo habilidades. Serão sim, resquícios do modelo patriarcal, no qual o sustento da família era uma tarefa atribuída ao homem e o trabalho doméstico e de reprodução, atribuídos à mulher.

No Brasil, segundo Sorj (2004), importantes mudanças culturais e estruturais estão acontecendo. Isso faz com que o modelo em que o homem é o provedor e a mulher a responsável pela esfera privada seja alterado:

Além da vontade das mulheres de conquistarem novos espaços de autonomia e desenvolvimento pessoal e da emergência de um novo senso de justiça que valoriza a igualdade de gênero, transformações de caráter estrutural perturbam a tradicional divisão sexual do trabalho na família. O acelerado processo de urbanização, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o rápido avanço da escolaridade feminina são alguns dos fatores responsáveis por mudanças nas representações e práticas familiares (SORJ, 2004, p.109).

Esta alteração de modelos é também vista por Kon (2002) quando afirma que há uma maior visibilidade e intensidade nas mudanças que atingiram o modelo patriarcal, com significativas consequências nas transformações sociais e econômicas causadas pelas mudanças nos paradigmas de produção manufatureira, exigindo nova postura das instituições sociais e políticas no sentido de repensar as questões de gênero nas relações econômicas, como resultado das mudanças históricas.

Cabe aqui ressaltar que essas alterações do modelo e que a marginalização e a desigualdade não afetam as mulheres com a mesma intensidade, mas variam de acordo com o nível cultural, situação econômica, entre outras. (GARCIA SANZ, 2004).

Assim, para Bruschini (1993), as mulheres, ao ingressarem no mercado de trabalho, se deparam com a discriminação e, ainda, com a dificuldade em conciliar o trabalho doméstico com o profissional, assinalando que este cenário tem levado as mulheres a se organizarem com o objetivo de cobrar do Estado políticas públicas que levem em consideração a situação das trabalhadoras e das famílias brasileiras.

Deste modo, a luta por mudança social não tem mais como protagonista exclusiva a classe trabalhadora e nem se dá exclusivamente no espaço da produção, conforme concebido no século XIX. Isto significa que se juntam aos

partidos políticos e aos sindicatos outros tipos de organizações ou manifestações sociais de caráter local, nacional ou mundial.

Entre estes, podem se ressaltar os movimentos sociais e as diferentes experiências surgidas ou de lutas históricas dos(as) trabalhadores(as) urbanos(as) e camponeses, ou da intervenção de ONGs, da atuação da igreja católica vinculada à teologia da libertação e do próprio Estado.

As mulheres têm se juntado, na maioria das vezes, para conquistar direitos negados, para emancipar-se em situações específicas e, enfim, para tornarem-se sujeitos ativos de suas escolhas e de suas vidas.

Para Romano (2002), esta multiplicidade de atores e de relações sociais é decorrente de objetivos distintos. Isto significa incorporar questões estruturais determinadas historicamente, porém combinadas com demandas conjunturais e que podem surgir do próprio processo de luta. As pessoas, embora possuindo uma identidade resultante de um produto histórico, fazem escolhas individuais, segundo o significado que tem para elas aquela “luta” em questão.

Esta luta das mulheres por melhores condições de vida, e por busca de reconhecimento da sociedade e dos familiares, fez nascer a problemática desta dissertação que consiste em entender como as mulheres se sentem empoderadas em relação ao seu trabalho dentro e fora do lar, sendo observado qual a realidade que as mulheres que trabalham na Feira do Produtor de Toledo vivem em seu cotidiano.

2.3 Mulher rural, lutas e reivindicações

Heredia (1979), ao estudar os agricultores familiares na Zona da Mata pernambucana, nos mostra os vários papéis existentes no espaço de produção e de consumo dentro da agricultura familiar, onde há ao mesmo tempo um antagonismo existente entre o espaço masculino e o feminino. Desta maneira, espaço de produção – como áreas de cultivo, pastos, curral – é de responsabilidade masculina, onde o homem coordena as atividades a serem desenvolvidas. O espaço de consumo – casa e quintal – é considerado de responsabilidade feminina, pois é a mulher que encaminha as tarefas, geralmente com a cooperação das filhas moças e crianças.

Deste modo, cada membro do grupo ocupa um espaço de acordo com o sexo e idade: a mãe, as crianças e filhas pertencem à esfera doméstica, apesar de frequentemente realizarem atividades no espaço de produção. Já os filhos homens, a partir de 12 anos, trabalham nas lavouras com o pai, podendo eventualmente executar algum trabalho individual, a fim de garantir recursos para seu próprio uso.

Queiroz (1976), ao abordar sobre a divisão sexual dos papéis na agricultura brasileira, nos mostra que, em razão do padrão patriarcal na vida cotidiana das propriedades, quem educa os filhos é a mulher, mas o comportamento adotado é ditado pelo pátrio poder.

A mulher rural, para Souza (2006), é subordinada ao homem, primeiramente ao pai e depois ao marido. Sendo que nesta sociedade, embora haja a divisão sexual do trabalho, a mulher acompanha o marido ao campo, não havendo nesta função a separação entre o universo masculino e feminino de trabalho, mas apenas um universo em que as tarefas masculinas e femininas são ora coincidentes, ora complementares.

O caráter secundário do trabalho, segundo Heredia (1979), é observado a partir do espaço de consumo que está intimamente ligado ao espaço de produção, havendo subordinação das atividades domésticas àquelas relacionadas com a de produção, pois os preços dos produtos oriundos do quintal (frutas, verduras, frangos e ovos) são menores em relação aos produtos das lavouras (milho, feijão, farinha).

A mulher rural, segundo Moura (1978), atua na casa (unidade de consumo) onde desempenharia um papel complementar ao do homem, que atua no âmbito da unidade de produção. Nesse contexto, tudo que se ligaria à preparação para o consumo do que a terra produziu é obrigação da mulher, e o trabalho no lar é também para o lar, ou seja, a condução das tarefas que visam assegurar bens alimentícios, objetos ou serviços que servem para a sobrevivência dos membros da casa.

Na agricultura familiar, segundo Heredia (1979), a oposição dos sexos masculino e feminino é vivenciada no seu cotidiano definindo as relações existentes entre o grupo, sendo que as mulheres nem sempre são contempladas na herança da terra, pois se entende que elas não são diretamente responsáveis por nada que envolva a terra ou resulte diretamente do produto mercantilizando do trabalho – como lavouras e comercialização dos produtos, ou seja, as atividades realizadas pelas mulheres na produção agrícola não são consideradas como trabalho, mas sim “ajuda”, excluindo-as da partilha. Quando estas recebem terra de herança, o seu direito de negociar e ser proprietária é limitado, na maioria das vezes, pois lhe é imposto que a negociação destas terras devem ser feita por intermédio de um homem, irmão ou marido.

Brumer (2002), acrescenta que, na agricultura familiar, se tem à visão de que o trabalho da mulher não é produtivo, ou seja, o seu trabalho é “leve”, representando apenas uma ajuda na propriedade, se opondo ao trabalho do homem,

que é laborioso e pesado. Por isso, as mulheres possuem menor remuneração e não tem os mesmo direitos na sucessão dos bens (direito à herança).

No meio rural, segundo Nobre, (1998) *apud* Deere e Leon (2002), o que prevalece são os costumes e não a lei. Assim, as mulheres não possuem direito a herança, pois não trabalham diretamente com a terra. Outro fator apontado pelo autor é que, após o casamento, as mulheres vão embora com seus esposos e assim acredita-se devem ser sustentadas por estes.

Paulilo (1987), em sua pesquisa, mostra que o tipo de atividade executada pelas mulheres na agricultura está ligada a padrões culturais e sociais de cada região, sendo que o trabalho não é determinado pela força física necessária para executá-lo e sim por quem o realiza. Deste modo, os trabalhos realizados por mulheres e crianças são considerados leves; trabalhos realizados por homens são considerados pesados.

A essa classificação estão associadas diferentes remunerações, sendo maiores para o trabalho pesado, realizado pelos homens, e menores para o trabalho leve, feito pelas mulheres. Com isto, se tem como consequência uma dupla jornada de trabalho para as mulheres devido, à invisibilidade de seu trabalho.

Segundo Rua & Abramovay (2000), o trabalho feminino no espaço rural está ligado majoritariamente ao autoconsumo da família, ou seja, ao espaço doméstico. Mas, em momentos críticos as mulheres buscam o espaço público com nova postura e novos papéis dentro da sociedade, participando ativamente na luta pela terra e pelos seus direitos ou por melhores condições de vida, através do incremento da renda familiar com a venda dos produtos – muitos dos quais produzidos por elas mesmas – em espaços de comercialização como as feiras livres. Desta maneira, estes momentos são importantes para a independência da mulher rural e para o seu reconhecimento e poder dentro da esfera familiar e social.

A busca por espaço dentro da sociedade faz surgir no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980 movimentos de mulheres rurais, que buscavam reivindicar e conquistar seus direitos como cidadãos. Verificou-se como principais reivindicações neste período a sindicalização da mulher, documentação, direitos previdenciários e participação política entre outros (SALES, 2007).

Estes movimentos passam a ter visibilidade com reuniões, encontros, passeatas e coleta de assinaturas durante toda a década de 1980, que fazem com que a maioria de suas reivindicações seja incluída na Constituinte de 1988, porém muitas delas são colocadas em prática somente na década de 1990, ao longo da qual houve várias outras mobilizações (HEREDIA E CINTRÃO, 2006).

O movimento das mulheres rurais, segundo Deere (2004), toma maior corpo com o Movimento das Margaridas no ano 2000 que garantiu a estas o

direito a posse da terra. Sendo que a titulação conjunta da propriedade da terra teve como maior ganho à promoção e inclusão da mulher como proprietária e lhe atribuiu autonomia econômica.

Os movimentos das mulheres rurais têm contribuído com a ampliação de novas estratégias de inclusão destas. Em 2004 foi criado O Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, que já emitiu mais de 80 mil documentos civis e trabalhistas para as trabalhadoras rurais. A ação integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária e as estratégias de desenvolvimento rural e de inclusão social do Governo Federal que tem como atribuição uma política de gênero, como parte de suas ações. Com a portaria nº 981/2003 do Incra, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória (BUTTO, 2005).

A partir de 2005/2006, o Plano Safra estabeleceu o direito das mulheres realizarem, através do PRONAF Mulher, operações de microcrédito rural para o desenvolvimento de atividades produtivas. Além dessa medida, a normatização da assistência técnica para os assentamentos da reforma agrária passou a recomendar a inserção produtiva das mulheres e a avaliar ações específicas de capacitação de extencionistas. (BUTTO, 2005).

Os avanços e conquistas dos movimentos das mulheres rurais vêm ocorrendo devido sua mobilização pela conquista de direitos e espaço na sociedade e especialmente no mercado de trabalho e geração de renda, fazendo com que estas criem possibilidades de ganho de “poder” exercendo direitos como falar, concordar ou discordar das ações envolvidas em seu cotidiano.

* * *

Mesmo que, na maioria das vezes não incidam diretamente sobre a vida das mulheres da Feira do Produtor de Toledo, que raramente participaram de alguns deles, todos estes movimentos e lutas das mulheres, urbanas e rurais, certamente alteraram o cenário das relações de poder, abrindo caminho para que muitas mulheres buscassem espaços e alternativas de empoderamento.

Desta forma, acredita-se que a Feira do Produtor do Município de Toledo propicia às mulheres que nela atuam uma transformação pessoal, pois é o espaço no qual elas comercializam os produtos originados de seu próprio trabalho, propiciando, desta forma, um “empoderamento”, no sentido do reconhecimento em relação ao seu trabalho e à sua renda, perante a família e a sociedade. Demonstrar tal hipótese constitui o objetivo dos próximos capítulos.

3 O MUNICÍPIO DE TOLEDO E A FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO

Este capítulo trata dos elementos que contribuem para se obter uma visão mais específica sobre a caracterização das feiras livres, e a constituição desta no Município de Toledo. Para tanto, está dividido em duas seções.

Na primeira seção, intitulada “Caracterizando as feiras livres”, onde se aborda a formação das feiras livres, sua importância e características.

A segunda seção, intitulada “A Feira do Produtor de Toledo e sua importância”, está subdividida em quatro subseções. A primeira subseção apresenta a localização da Feira do Produtor de Toledo desde os seus primórdios, através de relato de feirantes, até os dias atuais. A segunda subseção apresenta o projeto e regulamento da feira a partir do decreto de 1984 até os dias atuais. A terceira subseção trata da composição da feira, a sua organização e os produtos vendidos. Por fim, a quarta subseção traz dados levantados junto aos feirantes mostrando o perfil socioeconômico destes.

3.1 Caracterizando As Feiras Livres

Segundo Sousa (2004), a principal causa da formação das feiras livres vem da produção de excedentes na agricultura e da necessidade de troca por produtos diferentes dos produzidos nas propriedades, havendo, deste modo, um intercâmbio de mercadoria entre produtores. Em um primeiro momento, este intercâmbio é realizado dentro de determinado grupo de uma determinada região, não havendo a necessidade de um local específico.

A existência das feiras foi uma solicitação natural de um ambiente que congregasse todos os produtos que estivessem disponíveis para outrem; e, neste contexto, seria importante que se trocassem seus excessos em busca de outros produtos que não se houve condições de produzir. [...] verifica-se a importância das feiras para os tempos modernos (SOUSA, 2004, p. 194).

Ainda segundo o mesmo autor, foi na chamada “Idade Média” que ocorreram a oficialização das feiras. Neste período as feiras possuíam grande valor comercial. Desta forma, o governo e as autoridades tinham grande interesse quanto a colocação de feiras em suas regiões, porque estas aumentavam o fluxo de recursos para aquela localidade. Sendo assim, o governo incentivava aqueles que quisessem comercializar seus produtos na feira de sua região.

Com o passar dos tempos as Feiras Livres passam a ser descaracterizadas como primordiais para o comércio, passando a ser caracterizadas como pequeno comércio, de ordem familiar, ligada sobretudo a pequenos produtores, que vêm nela uma forma de obter renda com os produtos oriundos de seus próprios quintais.

Desta forma, Sousa (2004), relata que as feiras na atualidade constituem um ponto de encontro entre compradores e vendedores para trocarem seus produtos. E, devido às concentrações oligopolísticas e cartelizações, as feiras passam a ser apenas um contexto de pequeno comércio.

As feiras livres consistem num sistema local de comercialização muito particular representando o limiar difuso entre o rural e o urbano, fim da fase produtiva e início da fase de consumo, bem como um espaço social detentor de atributos peculiares que presumidamente, asseguram sua persistência na sociedade contemporânea (ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005, p.13).

Ao contrário, para Veloso (2005), as feiras livres, do ponto de vista dos produtores, representam as fronteiras de integração do meio rural com o urbano. Através delas há o estabelecimento de uma comercialização direta do pequeno produtor com o consumidor. A feira representa um momento de fortalecimento da técnica de organização e estímulo à prática de autogestão dos pequenos produtores, além de ser um estímulo à participação integral da cadeia produtiva, que vai deste o plantio até o beneficiamento e comercialização das mercadorias.

Anjos, Godoy, Caldas (2005) acreditam que as feiras justificam sua existência porque possuem como vocação natural o atendimento a segmentos menores em razão dos baixos níveis econômicos. Assim, a feira torna-se um importante espaço de comercialização para o pequeno produtor.

Por outro lado, as feiras, do ponto de vista do consumidor, possuem um funcionamento único com a possibilidade de negociação de preços dos produtos e um atendimento pessoal, oferecendo, num mesmo espaço, diversidade e qualidade de produtos, de procedência local e/ou regional, sendo também um local propício à ocorrência de relações socioafetivas (ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005, p. 25).

Assim, segundo os autores, a feira se revela como uma estratégia de agricultores no sentido de assegurar a defesa da regionalidade dos artigos gerados e dos processos que lhes deram origem, tendo, deste modo, o reconhecimento implícito de que os atributos do local não podem ser estendidos a outras regiões.

Ribeiro (2007), segue a mesma linha de raciocínio, falando que as feiras livres são um momento para poder compreender as sociedades rurais, pois através delas os agricultores e agricultoras, ao efetuar compra e venda de seus

produtos, criam um fato maior que o comércio, ou seja, adquirem experiência de trocas sociais, culturais e econômicas.

Deste modo, afirma que as feiras são mais que pontos de comercialização da agricultura familiar. Nelas circulam bens, culturas e pessoas. Os pontos de venda representam a junção entre a economia e a cultura, pois são retratos das sociedades rurais; são lugares de articulação política e espaços vitais para muitos agricultores.

No que diz respeito à importância da feira para os municípios, Ribeiro (2007) afirma que elas são componentes essenciais para o município e para os agricultores locais, pois estão associadas a cultura e a tradição da região em questão. Assim, as feiras são consideradas como locais do pequeno comércio, e também espaço de socialização destes.

A feira, por possuir caráter cultural e econômico, faz parte das estratégias de reprodução dos pequenos produtores que as integram a outra atividade, complementando a sobrevivência da unidade de produção e da família. Mas, esta exige dedicação e é o retrato da pequena agricultura que diversifica sua produção. Assim, as feiras livres geram ocupações produtivas com pouco investimento e mostra que a receita familiar dos feirantes tem relação direta com o tipo de produto comercializado.

É neste contexto, que se insere a Feira do Produtor de Toledo criada com o objetivo de fomentar o aumento da produção municipal de produtos hortifrutigranjeiros e artesanais, além de incrementar a geração de renda e trabalho das famílias envolvidas diretamente com a feira do produtor (ASSOCIAÇÃO, 2001).

3.2 A Feira do Produtor de Toledo e sua importância

A história da Feira do Produtor de Toledo está ligada à história do Município. Isto ocorre pelo fato de Toledo ter sua colonização fundada na pequena propriedade, que em razão dos solos férteis e irrigados, atingiu altos índices de produção agropecuária.

Schallenberger; Colognese (1993, p. 21) destacam que inicialmente o desenvolvimento de Toledo se deu em torno das pequenas propriedades rurais em regime de policultura, ou seja, em torno da produção da agricultura familiar que produzia bens necessários à subsistência da família de forma dinâmica, diversificada e autossuficiente, sendo o excedente destinado ao mercado para suprir as necessidades não atendidas pela produção agropecuária.

Se em seus primórdios, Toledo tem uma agropecuária de subsistência, utilizando mão-de-obra familiar, com a modernização agrícola, surgem novas formas de produzir e, por consequência, há uma mudança na estrutura da região, com propriedades rurais maiores, migração rural para as cidades e diversificação de produção para os pequenos produtores rurais.

Atualmente, o Município de Toledo (PR) possui uma área territorial de 1.198.607 Km² (área urbana e rural) e, de acordo com dados do INCRA (2008), possui 5.663 propriedades rurais, predominando ainda a pequena propriedade. A principal fonte de renda do município, deriva-se da agricultura e seus produtos estão vinculados à agroindústria. A produção agrícola é extremamente profissionalizada e tecnificada. Percebe-se uma concentração da população urbana em consequência da industrialização dos produtos agropecuários e agrícolas e uma crescente especialização do comércio e da prestação de serviço.

A constituição da Feira do Produtor Municipal de Toledo se estabelece como a de outras regiões que, segundo Silva (2006), ocorre a partir da modernização agrícola que dificultou a permanência do produtor no meio rural. A feira apresenta-se como uma alternativa para facilitar a venda dos produtos dos pequenos agricultores, pois assim, o próprio produtor vende seus produtos diretamente ao consumidor, o que aumenta o lucro deste por não haver interferência de intermediários. Ao mesmo tempo a feira é destinada à venda de produtos no varejo, ideal para os pequenos produtores.

3.2.1 Sua Localização

Não há registros escritos de quando e como começou a feira livre de Toledo. Também não há registro de onde esta feira se localizava. Desta forma, o único registro que temos é a memória de alguns feirantes, como da Senhora Maria.⁵, a feirante mais antiga em atuação na feira, que relatou:

Há trinta anos mais ou menos fizemos nossa primeira feira. A primeira feira era aqui mesmo nesta mesma rua [15 de novembro, atrás da Catedral], ai tinha o Willam, da EMATER, daí nos fizemos feira de peixe eu e a minha irmã. Daí depois nós continuamos e começou a entrar outra feira, daí nos fizemos ela aqui um tempo, daí mudou entrou mais gente e fizemos ela perto do hospital

⁵ como grande parte das feirantes entrevistadas não querem ser identificadas, optou-se por nomea-las através de codinomes. Manteve-se os nomes completos dos demais entrevistados não feirantes pois estes não se opunham a isto.

Campanholo. Lá tinha umas trinta barracas de novo pois aumentou, daí nós saímos de lá por causa do terreno que era na rua e fomos lá para o lago que agora é a SENAI, daí nos tínhamos lá barraca fixa também, continuou com mais ou menos trinta feirantes também. Daí depois nos saímos de lá pois a SENAI queria ocupar o terreno. Daí nós fomos para a J. J. MURARO, daí a prefeitura construiu um pavilhão lá aí fizemos lá. Lá não deu certo porque o movimento era aqui e o povo não ia lá comprar daí ficou bem fraca a feira e foi meio falindo, uma turma desistiu, uma continuou, daí nos voltamos de novo aqui sábado de manhã nesta rua, daí nos éramos entre nove barracas, daí continuamos aqui [fazendo referência à Rua XV de Novembro atrás da catedral]⁶

Outra feirante que relatou com maiores detalhes os lugares da cidade de Toledo por onde passou a feira do produtor foi a Senhora Lucia, sendo possível detalhar melhor as datas de mudança de local da feira:

Bem, na verdade eu conheço a feira desde 1982, mas eu não participava como feirante, pois eu vendia verdura, mas não na feira. Comecei a vender na feira em 1992, quando o pessoal da EMATER me convidou para participar da feira. Mas o que eu conheço da feira ela era aqui na (Rua XV de Novembro) de 1982 a 1984, com cerca de 3 ou 4 feirantes que aguentaram ela no sábado de manhã, mas não dava quase ninguém daí a Prefeitura entrou e fez um trabalho em cima chamando mais feirantes e em 1988 ela mudou para ao lado do Colégio La Salle, aí tinha umas 30 barracas, aí ela ficou bem forte e ficou ali durante um ano, um ano e pouco.

Daí os feirantes não estavam gostando de fazer a feira ali na rua e pediram um barracão para a prefeitura, que ficava ali onde é o shopping, mas ali não deu certo aí os feirantes foram saindo e ficou a metade e os clientes não iam comprar também.

Devido a isso os feirantes resolveram formar uma associação de verdureiros e passaram ela [se referindo à feira] de 1990 a 1998 para a J.J Muraro, daí nesta época eu entrei e nós nos reunimos de novo e decidimos passar ela aqui no sábado de manhã, onde estamos até hoje. Mas no sábado de manhã também não dava muita gente e aí a feira reduziu muito o tamanho, pois ninguém conseguia vender. Acho que isso ocorria devido à cultura da população e mesmo porque acho que a maioria que comprava na feira trabalhava no sábado de manhã.

Foi aí que a EMATER e a Prefeitura se reuniram de novo e foram visitar as feiras da região que já atendiam à noite e foram também visitar a feira de Londrina-PR, aí eles fizeram estudos para revitalizar a feira desde as barracas até o nosso uniforme. E decidiram passar a feira para a quarta feira à noite aqui no centro.

Depois disto a feira tem crescido muito, a qualidade dos produtos aumentaram, pois agora a Vigilância Sanitária fiscaliza os produtos e temos que entrar no padrão da vigilância pois se não, não podemos comercial⁷.

Neste contexto, se observa que a feira do produtor de Toledo, em seus primórdios, passa por vários pontos até estabelecer-se em um ponto ótimo para

⁶ Depoimento da Sra. Maria. feirante do município de Toledo há trinta anos, em entrevista realizada no dia 03 de junho de 2009.

⁷ Depoimento da Sra. Lucia, feirante do município de Toledo desde 1990, em entrevista realizada no dia 03 junho 2009.

o produtor e consumidor. Não há no início um órgão competente para reger e regulamentar sua atuação, sendo organizada no princípio pelos próprios feirantes, como relata a senhora Maria:

Há trinta anos no começo cada um se organizava né, a gente vinha chegava ali arrumava o que tinha e vendia. Havia umas três ou quatro pessoas pra mandar pra organizar um pouco né, que era o João Venâncio o “Dega” que todos os chamavam de Dega e eu até não sei o nome do outro, mas nós mesmos se organizava da maneira que podia⁸.

3.2.2 Projeto e Regulamento da Feira do Produtor

Apesar de ser uma atividade antiga, como relatado pelas feirantes, a feira do produtor de Toledo somente obteve o reconhecimento formal pela administração pública em 1984, quando o Prefeito Albino Corazza Neto, editou o Decreto nº 090, de 03 de setembro de 1984, que autorizava o funcionamento da referida feira.

Na realidade, este decreto possuía como diretriz o desenvolvimento de programas de produção de alimentos; a melhoria de condição de vida dos pequenos produtores; a sua fixação na sociedade, estimulando, deste modo, a pluriatividade dentro da pequena propriedade rural. Todas estas atividades que incentivaram a organização de feira⁹.

Este decreto foi elaborado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em conjunto com algumas entidades como o Núcleo Regional da SEAG, EMATER, Cooperativa Agropecuária Mista Oeste Ltda (COOPAGRO), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural de Toledo¹⁰.

O que fica evidenciado com as entrevistas é que uma regulamentação através do decreto foi instituída, mas os feirantes possuíam pouco apoio por parte destas instituições, o que acabou produzindo impactos e oscilações no tamanho da feira e na quantidade de participantes destas.

Percebendo de alguma forma tal realidade, a partir de 1999 a Prefeitura Municipal de Toledo, em conjunto com a EMATER fez estudos para que houvesse a revitalização da feira. Assim, em julho de 2001 ocorreu a reformulação da Feira do Produtor de Toledo, com o objetivo estimular a produção nas pequenas

⁸ Depoimento da Sra. Maria, feirante do município de Toledo há trinta anos, em entrevista realizada no dia 03 junho 2009.

⁹ (Decreto nº 090, de 03 de setembro de 1984) - ANEXO I

¹⁰ IDEM

indústrias caseiras, contribuir com a geração de emprego e renda e aumentar a produção municipal de hortifrutigranjeiros e artesanais¹¹.

Em um primeiro momento, mais produtores foram convidados para comercializar seus produtos na feira. Como incentivo, a Prefeitura, juntamente com a EMATER, montou um Programa Municipal de Apoio à Feira Municipal, em julho de 2001¹². Este programa tinha como justificativa a necessidade de buscar alternativas de renda para os pequenos produtores, viabilizando, desta forma, a comercialização dos produtos produzidos e/ou transformados nas pequenas propriedades e em unidades agroindustriais rurais e urbanas estabelecidas no município, através da realização de feiras livres em data e local previamente definido pelas autoridades competentes, como a EMATER e a Secretaria da Agropecuária e do Abastecimento¹³.

O apoio materializou-se através da aquisição de 18 barracas montáveis e em padrão comum, com cores da bandeira do município; a identificação e aprovação do ponto de venda e adequação dos produtos comercializados pela Vigilância Sanitária; a assistência técnica na produção, transformação e padronização dos produtos para venda¹⁴.

De acordo com a estratégia operacional do Programa Municipal de Apoio à “Feira Municipal¹⁵”, a operacionalização das feiras deve ser regida por regimento interno específico, feito com a concordância da maioria dos participantes. Desta forma, em 09 de Junho de 2005 a Associação dos Feirantes de Toledo (esta organizada pelos próprios feirantes) elaborou e estabeleceu alguns pré-requisitos para o agricultor e o produtor urbano pudessem participar desta e comercializar seus produtos, que são: 1) provar a condição de produtor declarando o lugar de sua produção; 2) declarar os produtos que serão comercializados; 3) os produtos embalados deverão conter o nome do produtor, o nome do produto, peso, endereço do fabricante data de fabricação e vencimento; 4) os produtos industrializados deverão ser liberados pela Secretaria de Saúde de Toledo, do Estado ou Federal; 5) o produtor deve filiar-se à associação de feirantes. Os produtos adquiridos na feira são proibidos de serem revendidos para estabelecimentos comerciais, outras feiras livres, ou para comércio de qualquer natureza¹⁶.

Em entrevista, a Assistente Social Claudete Galhardo, responsável pelo programa de apoio a feira, relatou que umas das motivações para a realização da feira era que, naquele momento, três vilas rurais do município apresentavam sérios

¹¹ Depoimento da Sr. José Augusto de Souza – Secretário Municipal da Agricultura de Toledo, na época da entrevista. Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2009.

¹² ANEXO 02.

¹³ Na época esta secretaria substituiu a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

¹⁴ Idem,

¹⁵ ANEXO 02

¹⁶ REGULAMENTO DA FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO, TOLEDO, junho 2005.

problemas de comercialização dos seus produtos. Desta forma, o objetivo primeiro da feira do produtor de Toledo figura como forma de desenvolvimento local e de geração de emprego e renda.

No início, buscamos embasamento em outras feiras que já existiam em municípios vizinhos como Londrina. A feira do produtor de Toledo já ocupou diversos pontos da cidade, mas hoje possui locais fixos em vários bairros da cidade (...) no começo era exigido como requisito para a comercialização, que as mercadorias se tratassem de produtos da terra, vindos da zona rural. Porém, a experiência demonstrou que o número de expositores era relativamente pequeno e, diante desta inesperada situação, a feira abriu-se para outros tipos de expositores. De uma forma geral, todo produtor pode ser um expositor da feira, independente do ramo que atua. Exige-se apenas que seja produtor (e não somente comerciante) e que tenha firma legalmente aberta¹⁷.

Como relatado, a Feira do Produtor de Toledo passa por diversas alterações para se configurar na feira dos dias atuais. Esta transformação resultou na abertura de espaço de venda para pequenos produtores urbanos e artesãos, além de obter sua normatização com regras para os feirantes como horários de montagem e desmontagem das barracas, local para estacionar os veículos dos feirantes deixando as proximidades para os clientes. Desta forma, a Feira do Produtor de Toledo passa a ocorrer semanalmente em 7 pontos distintos da cidade: às quartas-feiras no centro, sendo que esta feira é a de maior porte, reunindo quase todos os feirantes em um único ponto e um grande número de consumidores; e em outros dias da semana a feira do produtor é dividida, sendo realizada em outros pontos da cidade pré-definidos pela administração. Assim, às quintas-feiras a feira é realizada no Jardim Coopagro; às sextas feiras nos bairros Vila Pioneiro e Jardim Porto Alegre, e nos distritos de Novo Sarandi e Vila Nova; e aos sábados no bairro Jardim Panorama.

3.2.3 As barracas e os produtos vendidos

Desde que começou a feira mudou muito e teve muita melhoria, pois as barracas não eram tão boas como são agora, e elas foram doadas pela prefeitura, a vigilância entrou bastante pra gente melhorar a qualidade do produto. (...) Para vender os produtos no início da feira nós mandamos fazer as barracas de madeira. A AMPLITEC naquela época ela veio e fez todas as barracas, mas nós pagamos ela e até hoje tenho ela lá em casa guardada. Só que cada um tinha uma

¹⁷ Depoimento da Sra. Claudete Galhardo Assistente Social da EMATER, em entrevista realizada no dia 02 de junho de 2009.

barraca bem organizada com os produtos que tinham na colônia como ovo, frango, geléia¹⁸.

No relato feito pela feirante, as barracas no início eram de madeira e cada um possuía a sua. Mesmo sendo de madeira, elas eram bem organizadas. Tudo que se produzia na propriedade era comercializado, não possuindo nenhum tipo de fiscalização.

Nos dias atuais, o feirante só pode comercializar com autorização expressa da Vigilância Sanitária e esta autorização é fornecida após o exercício de fiscalização que observa normas de saúde e higiene públicas.

As barracas também passaram por melhorias, ficando mais modernas. O modelo atual surgiu depois de viagens feitas pelos responsáveis do setor da EMATER e da Prefeitura Municipal de Toledo a outras feiras da região. As cores escolhidas são verde e branco, cores da bandeira municipal de Toledo. O material é algum tipo de liga metálica, mais leve que as antigas barracas de madeira. Esse material foi usado por ser higiênico e impedir contaminação, à medida que não absorve umidade.

Há três lados da barraca que apresentam expositores e prateleiras, não havendo expositores atrás da barraca, o que facilita o acesso para dentro da mesma. Elas são fixadas sem encaixes no chão, ficando alinhadas, e contam com energia elétrica cedida pela prefeitura. Mas por serem alocadas em uma rua comercial, não contam com água encanada e nem sanitários para o uso dos feirantes e do público.

Inicialmente foram compradas 18 barracas pela Prefeitura Municipal e pela EMATER, com o custo de R\$ 411,00 (quatrocentos e onze reais), mas depois da revitalização da feira foi necessário adquirir mais barracas¹⁹.

No início, a feira municipal oferecia a seus expositores toda a infra estrutura (barracas, energia elétrica...) na forma de cessão e, ainda hoje, fornece a energia elétrica. Ultimamente as antigas barracas precisaram de algumas reformas, as quais ficaram a cargo dos expositores que, com esta ação, passaram a ser proprietários da mesma²⁰.

Na atualidade, a Feira do Produtor de Toledo possui quarenta e seis produtores que ali expõem seus produtos, passando por *fast-foods*, massas, hortigranjeiros e artesanatos. A Prefeitura Municipal e a EMATER têm investido na

¹⁸ Depoimento da Sra. Maria, feirante do município de Toledo há trinta anos, em entrevista realizada no dia 03 de junho de 2009.

¹⁹ Depoimento do Sr. José Augusto de Souza – Secretário Municipal da Agricultura de Toledo, na época da entrevista, em entrevista realizada no dia 15 de junho de 2009.

²⁰ Idem nota, 14.

divulgação da feira, o que ocorre por meio de *folders* e matérias em jornais locais, para que a população possa ter conhecimento da importância da feira para os produtores como geração de renda e também para os consumidores que encontram na feira produtos “frescos” e de qualidade²¹.

Muitos produtores comercializam mais de um tipo de produto, diversificando os produtos colocados à disposição dos consumidores em sua barraca. Esta diversificação para os feirantes rurais depende da safra, do clima e do ciclo natural dos produtos. Para os feirantes urbanos estes produtos são produzidos de acordo com a demanda dos clientes. Os produtos comercializados na feira do produtor dividem-se da seguinte forma: 27,78% hortaliças, 25% massas/pães/biscoitos, 25% alimentos prontos, 11,11% produtos diversos, 8,33% embutidos e 5,56% vendem artesanato (DADOS DA PESQUISA).

Desta forma, a feira do produtor pode ser considerada como alternativa de comercialização aos pequenos produtores que estimula e diversifica suas atividades, dando as condições necessárias a sua permanência no meio rural aos agricultores familiares; e aos produtores urbanos cria um nova forma de comercialização.

3.2.4 Perfil Sócio econômico dos feirantes

Com o objetivo de conhecer e identificar os feirantes que trabalham diretamente na produção e comercialização de seus produtos na Feira do Produtor de Toledo, traçou-se seu perfil através de um questionário com temas abertos e fechados, como dados cadastrais (nome, endereço e telefone), sociais e técnicos, além de perguntas voltadas exclusivamente as mulheres feirantes²².

O total de barracas cadastradas junto à EMATER na Feira do Produtor de Toledo totaliza 46, sendo que 39 compõem às quartas feiras a feira realizadas no centro da cidade e 07 feirantes expõem seus produtos nas demais feiras realizada na cidade. Destas 39 barracas realizamos entrevista em 36 barracas, sendo que destas 19 feirantes eram produtores urbanos e 17 eram produtores rurais²³.

Conforme a Tabela 1, nota-se que a maioria dos participantes são casados, representando 94%, e somente 06% são solteiros. Em relação ao sexo,

²¹ Depoimento da Sra. Claudete Galhardo, Assistente Social da EMATER, em entrevista realizada no dia 02 de junho de 2009.

²² VER ANEXOS 3 e 4

²³ O questionário não foi aplicado a todos os feirantes devido ao fato de alguns deles não quererem responder. Desta forma, a análise dos dados da pesquisa será realizado sobre o total de 36 feirantes que expõem seus produtos na feira central realizada às quartas-feiras.

conforme os cadastros realizados pela EMATER a Tabela 2 demonstra que 53%, são homens e 47% são mulheres. Fato interessante a ser relatado é que apesar da maioria dos cadastros estarem no nome de homens de uma família, quem comercializa e está à frente da barraca são as mulheres, conforme pode ser visto na Tabela 3. Estas representam 89% do total de feirantes, sendo que somente 11% são do sexo masculino. Evidencia-se desta forma que a feira do produtor de Toledo possui, em sua maioria, a mão-de-obra feminina.

Tabela 1 – Estado civil dos participantes entrevistados da “Feira do Produtor de Toledo”

Estado civil	Número de produtores	(%)
Solteiro	02	06
Casado	34	94
Outros	00	00
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

Tabela 2 – Sexo dos participantes entrevistados conforme cadastro da EMATER

Sexo	Número de produtores	(%)
Masculino	19	53
Feminino	17	47
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

Tabela 3 – Sexo dos entrevistados que comercializam na Feira do Produtor

Sexo	Numero de Pessoas	(%)
Masculino	04	11
Feminino	32	89
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

Com relação à idade dos responsáveis pelas barracas da Feira do Produtor, de acordo com a Tabela 4 verifica-se que 39% possuem idade entre 30 a 39 anos, 33% estão na faixa etária de 40 a 49 anos, 17% estão na faixa etária de 50 a 59 anos e apenas 06% possui idade superior a 60 anos.

Tabela 4 – Idade dos responsáveis pela barraca da Feira do Produtor

Idade	Número de pessoas	(%)
Até 19 anos	01	03
20 a 29 anos	01	03
30 a 39 anos	14	39
40 a 49 anos	12	33
50 a 59 anos	06	17

60 anos acima	02	06
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

O número de dependentes dos responsáveis pela barraca da feira do produtor varia de 1 a 4 dependentes, sendo que 39% possui 2 dependentes, 28% não possuem dependentes, 28% possui apenas 1 dependente e 06% dos participantes possui de 3 a 4 dependentes, conforme mostrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Número de dependentes dos participantes da Feira do Produtor

Número de dependentes	Numero de produtores	(%)
0 dependente	10	28
1 dependente	10	28
2 dependentes	14	39
3 a 4 dependentes	02	06
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

A feira do produtor de Toledo, em seu princípio, visava inserir ao meio social e econômico o pequeno produtor rural. Mas, devido à necessidade de aprimorá-la e diversificar os produtos oferecidos, abriu espaço para os pequenos produtores urbanos. Como se observa na Tabela 6, a Feira do Produtor é formada, nos dias atuais, por feirantes provindos do meio urbano, que representam 53% do total dos entrevistados, e 47% de feirantes oriundos do meio rural.

Tabela 6 – Local da moradia dos participantes da Feira do Produtor

Local de moradia	Número de produtores	(%)
Meio rural	17	47
Meio urbano	19	53
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

A Tabela 7 demonstra o tempo de participação na feira do produtor, sendo que a maioria, 53% dos feirantes, participam há cerca de 3 e 4 anos, seguidos de 22% que participam entre 1 e 2 anos, 17% que participam entre 7 e 8 anos, 06% que participam entre 5 e 6 anos e 03% que participam há menos de 1 ano. Neste item, é importante salientar que apenas uma feirante tem participação desde o início da feira do produtor a trinta anos de Toledo, ou seja, antes da feira do produtor ser documentada formalmente.

Tabela 7 – Tempo de participação na Feira do Produtor

Tempo de participação	Número de feirantes	(%)
Ate 1 ano	01	03
1 a 2 anos	08	22
3 a 4 anos	19	53
5 a 6 anos	02	06
7 a 8 a mais	06	17
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

A mão-de-obra utilizada na produção dos produtos para a venda na feira do produtor, tanto para o produtor urbano como para o rural, é essencialmente familiar, conforme mostrado nas Tabelas 8 e 9. A produção foi dividida entre homens e mulheres para obter, com mais exatidão, quem realmente produz dentro da propriedade. Assim, como observado na Tabela 8, considerando o total dos 36 entrevistados, percebe-se que produção é realizada, em sua maioria, pela mão-de-obra feminina: em 16 estabelecimentos (urbanos e rurais, há apenas 01 mulher envolvida com a produção para a feira, ou 44%; em 13 estabelecimentos, ou 36% há 02 mulheres, e apenas 05 estabelecimento, ou 14% não utiliza nenhuma mão-de-obra feminina.

Tabela 8 – Mão de obra familiar feminina envolvida na produção para a feira

Número de pessoas envolvidas	Mão de obra feminina nos estabelecimentos	(%)
0 pessoa	05	14
1 pessoa	16	44
2 pessoas	13	36
3 pessoas	01	03
4 pessoas	01	03
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

Conforme a Tabela 9, a mão-de-obra masculina utilizada na produção é inferior à mão-de-obra feminina, sendo que dentro dos estabelecimentos, em 16, ou 44% há apenas 01 homem envolvido na produção para a feira, em 11, ou 31% das propriedades não há nenhuma mão-de-obra masculina envolvida; em 08, ou 22% há 02 homens envolvidos e, em apenas 01 estabelecimento, ou 03% há 03 homens envolvidos. Fazendo um comparativo entre as Tabelas 8 e 9, é possível perceber que a mão-de-obra feminina está presente na maioria delas e em maior quantidade.

Tabela 9 – Mão de obra familiar masculina envolvida na produção

Número de pessoas envolvidas	Mão de obra masculina nos estabelecimentos	(%)
0 pessoa	11	31
1 pessoa	16	44
2 pessoas	08	22
3 pessoas	01	03
4 pessoas	00	00
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

Em relação à mão-de-obra de terceiros utilizada na produção, percebe-se, conforme a Tabela 10, que a maioria das famílias não a utiliza, devido ao fato de não produzirem em quantidade suficiente para que se possa pagar a mão-de-obra utilizada. Quando a mão de obra é utilizada na propriedade fazendo um somatório dos contratados é possível perceber que 34% é mão de obra masculina, seguida da mão-de-obra feminina, com 30%. Estes contratos são, em sua maioria, temporários. A contratação da mão-de-obra feminina é utilizada principalmente no processamento dos produtos, e a mão-de-obra masculina é requerida principalmente na lavoura, ou seja, no plantio e na colheita.

Tabela 10 – Utilização de mão de obra de terceiros na produção

Mão de obra contratada	Homem	Mulher	Mão de obra contratada	
			(%) Homem	(%) Mulher
0 pessoa	24	25	67	69
1 pessoa	06	07	17	19
2 pessoas	01	03	03	08
3 pessoas	01	01	03	03
4 pessoas	04	00	11	
Total	36	36	100	100

Fonte: Resultado da pesquisa

A Tabela 11 mostra a quantidade de mão-de-obra familiar utilizada na comercialização na feira do produtor. A maioria dos entrevistados responderam que quem comercializa é especificamente a mulher, ou seja, 50% das barracas não utilizam a mão-de-obra familiar masculina, 08% das barracas não utilizam a mão-de-obra familiar feminina e 42% utiliza tanto a mão-de-obra feminina quanto a masculina.

Tabela 11 – Utilização de mão de obra familiar na comercialização

Número de pessoas envolvidas	Homem	Mulher	Mão de obra contratada	
			(%) Homem	(%) Mulher
0 pessoa	18	03	50	08
1 pessoa	15	19	42	53
2 pessoas	03	12	08	33
3 pessoas	00	01	00	03

4 pessoas	00	01	00	03
Total	36	36	100	100

Fonte: Resultado da pesquisa

Quando perguntado aos participantes sobre a mão-de-obra de terceiros utilizada na comercialização, a grande maioria respondeu que não há a necessidade de se ter este tipo de mão-de-obra, pois a venda é feita diretamente pelos familiares. A Tabela 12 mostra que 88% dos feirantes não utiliza a mão-de-obra masculina de terceiros para a venda e, no caso das mulheres, este número cai para 78%. As barracas que contratam para a comercialização, na maioria, contratam entre 01 e 02 pessoas e apenas dois entrevistados contratam entre 03 a 04 pessoas. Estes dados têm implícito que a contratação de mão de obra de terceiros depende do tamanho da barraca e dos produtos oferecidos com maior demanda, como no caso das hortaliças, pasteis, tapioca entre outros.

Tabela 12 – Utilização de mão de obra de terceiros na comercialização

Número de pessoas envolvidas	Homem	Mulher	(%) Homem	(%) Mulher
0 pessoa	32	28	88	78
1 pessoa	02	03	06	08
2 pessoas	02	03	06	08
3 pessoas	00	01	00	03
4 pessoas	00	01	00	03
Total	36	36	100	100

Fonte: Resultado da pesquisa

Quando da elaboração do questionário, utilizou-se como valor de referencia o salário mínimo nacional vigente, para poder fazer um levantamento da renda obtida pelos participantes da feira. Desta forma, foi considerado o salário no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Desta forma, quando abordado sobre a renda obtida na feira do produtor, a Tabela 13 demonstra que 78% dos entrevistados responderam que ganham entre 01 a 03 salários mínimos, 19% responderam que conseguem obter renda de 04 a 06 salários mínimos e apenas 01 entrevistado relatou que ganha acima de 07 salários. É importante deixar claro que os feirantes que obtêm maior renda através da feira do produtor são aqueles que produzem e vendem quase que exclusivamente nesta. É importante salientar também que quando se indaga a respeito da renda obtida, a maioria dos feirantes se sentem intimidados em relação à pergunta, muitas vezes por medo ou por vergonha de responder.

Tabela 13 – Renda obtida por meio da Feira do Produtor

Renda	Número de produtores	(%)
1 a 3 salários	28	78
4 a 6 salários	07	19
7 a 9 salários	01	03
Acima de 10 salários	00	00
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

A Tabela 14 mostra a porcentagem do total da renda familiar que provém da Feira do Produtor. Dos entrevistados, 33% respondeu que, do total da renda, 50 a 60% provém da feira do produtor; seguida de 25% que, do total da renda, 30 a 40% provém da feira; 17% que, do total 20%, provém da feira; igualmente 17% responderam que de 70 a 80% provém da feira do produtor; e apenas 11,11% responderam que sua renda é obtida totalmente da feira.

Tabela 14 – Total de renda familiar proveniente por meio da Feira do Produtor

Renda obtida	Número de produtores	(%)
10 a 20% da feira	6	17
30 a 40% da feira	9	25
50 a 60% da feira	11	33
70 a 90% da feira	6	17
100%	4	11
Total	36	100

Fonte: Resultado da pesquisa

O questionário também procurou abordar a satisfação dos produtores com a Feira do Produtor. Houve unanimidade dos entrevistados a respeito da questão: estes feirantes relataram que estão satisfeitos por estar comercializando seus produtos na Feira do Produtor. Esta satisfação, segundo eles, advem do ambiente encontrado para se trabalhar e a entrada semanal de dinheiro à vista. Além disso, a Feira do Produtor, para estes comerciantes, passa a ser vitrine de seus produtos, ou seja, serve para a divulgação destes, apontando que a partir do momento que começou a comercialização na feira, seus produtos tem mais vazão e estes produtores conseguem até fidelizar seus clientes.

Indagados a respeito do que se deve melhorar na feira do produtor, os feirantes são unânimes ao responder que a feira necessita de banheiros, e uma cobertura, pois em dias de chuva a comercialização cai bruscamente. Mas estes feirantes têm a noção que a cobertura resultaria em mudança da feira do local que é considerado o melhor lugar da feira nos dias atuais.

O questionário aplicado trouxe à tona pontos importantes para que se possa perceber a subjetividade e a riqueza de histórias relatadas dentro da Feira do Produtor. Um ponto de importância considerado é que a maior parcela dos produtores

é composta por pessoas do sexo feminino, que residem, em sua maioria, no meio urbano. Outro fator a ser considerado é os dados relativos à renda, que comprovam a importância da feira para estas famílias, principalmente para as mulheres.

Portanto, o próximo capítulo tratara especificamente das mulheres trabalhadoras dentro da Feira do Produtor, suas vidas, suas conquistas e os seus “sentir-se empoderadas” com o trabalho realizado dentro do lar, ou seja, na esfera privada, e dentro da feira do produtor, que se torna o espaço público de sua ação de empoderamento.

4. AS MULHERES DA FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO: SUA TRAJETORIA DE “EMPODERAMENTO”

Este capítulo trata dos elementos que contribuem para o processo de empoderamento das mulheres que comercializam seus produtos na Feira do Produtor de Toledo. Para tanto, ele está estruturado em quatro seções, que tratam da relação de gênero, sua relação com o trabalho, a família, a renda, sua rotina de trabalho e, por fim, faz uma análise do perfil destas mulheres, visando demonstrar o meio e as condições em que estas mulheres estão inseridas para, deste modo demonstrar as suas conquistas na relação de poder.

Desta forma, se faz necessário retomar alguns aspectos que foram colocados até aqui sobre a condição das mulheres e o papel exercido por elas na luta pela manutenção e melhoria das condições de vida, sobretudo o sentimento de se tornarem empoderadas em relação ao seu trabalho.

É importante também ressaltar que o “empoderar” se refere a um processo pelo qual as pessoas, no caso aqui analisado, as mulheres, ganham influência e controle sobre suas vidas, se tornando conseqüentemente “empoderadas”. Isto permite que saiam da alienação da impotência e muitas vezes do desamparo da sociedade e principalmente da família (BAQUERO, 2006).

Para que as mulheres consigam se empoderar, Hernandez (2009), salienta que elas se inserem no mercado de trabalho, duplicando, com isso, sua jornada de trabalho. Esta dupla jornada não traz a valorização esperada pelas mulheres, pois os trabalhos prestados dentro do lar se tornam invisíveis, rotineiros e não são valorizados pela família, pela economia e pela a sociedade.

A rotina de trabalho das mulheres pesquisadas na Feira do Produtor de Toledo é dupla, ou seja, possuem uma jornada de trabalho bem maior que a dos demais membros da família. Pois além de cuidar das atividades domésticas cuidam do plantio, colheita e processamento dos produtos para a venda na feira.

Percebe-se através das entrevistas que as atividades diárias desenvolvidas pelas mulheres começam antes das de todos os outros membros da família. Ela é quem primeiro levanta-se para preparar o café para a família e, assim, quando os demais membros da família levantam-se, o café já está servido. Em seguida, no caso das mulheres rurais vai cuidar de afazeres, como a horta ou, no caso das trabalhadoras urbanas, da compra para a produção de seus produtos, como geléias, pães, bolos e salgados para a venda na feira. Voltam para casa e com a ajuda dos filhos, arrumam a casa e preparam o almoço. Depois do almoço, elas fazem a limpeza da cozinha e continuam com as atividades fora do lar. No dia que comercializam seus produtos na feira, saem logo depois do almoço e voltam tarde da

noite. A responsabilidade pelos filhos fica com o marido e, em alguns casos, com os avós.

Quando não é o dia da feira, as mulheres rurais, no período da tarde, se dedicam ao cultivo da horta, e as mulheres urbanas cuidam da panificação ou trabalham na confecção de produtos artesanais. Além de se dedicarem a atividades vinculadas à feira do produtor, as mulheres, em seu tempo “livre”, se dedicam à atividade do lar, como passar e lavar roupa, ir ao mercado, levar os filhos ao médico e preparar o jantar. À noite, depois do jantar, são elas que arrumam a cozinha e são as últimas que se deitam para dormir. Esta rotina explicitada até aqui não é uma rotina comum para todas as mulheres entrevistadas, mas sim para a maioria, sendo que esta rotina varia de acordo com a necessidade de cada uma, com o tamanho da família e com a distribuição de tarefas dentro do lar.

4.1 Mulher, trabalho e família

A expressão do trabalho feminino, para Mello e Sabatto (2000), é vivenciada no cotidiano das mulheres, sendo este o fator que define sua atribuição de gênero. Isso ocorre devido ao fato de seu trabalho ser considerado muitas vezes invisível e pelas mulheres serem consideradas responsáveis pela reprodução social do grupo, ou seja, pelos serviços considerados de ordem familiar, como as obrigações domésticas. Desta forma, o tipo de atividade desenvolvida dentro do seu lar ou dentro de sua propriedade depende dos padrões culturais e sociais existentes em sua região permitindo, em alguns casos, que a mulher seja desvalorizada em relação ao seu trabalho, sendo esta colocada em uma condição de subordinação e dependência em relação ao homem.

Mas, segundo Pisa e Ribeiro (1999), o trabalho realizado pelas mulheres não pode ser considerado invisível, pois além de atuarem no espaço privado e/ou doméstico elas atuam na esfera pública, econômica e social. Como no caso das atividades relacionadas à Feira do Produtor de Toledo, para a qual as mulheres atuam expressivamente na lavoura temporária, na confecção, preparação e produção de seus produtos e na venda direta ao consumidor.

A partir do momento em que a mulher sente a necessidade de deixar o âmbito privado, mostrando publicamente suas necessidades, assumindo responsabilidades, posturas e papéis antes considerados masculinos, seu trabalho deixa de ser invisível. Tornam-se visíveis a partir do momento em que começam lutar por sua independência, na busca de empregos ou serviços urbanos ou agrícolas que

as remunerem, envolvendo-se, desta forma, nos processos de produção e comercialização de seus produtos.

O trabalho remunerado possibilita às trabalhadoras rurais e urbanas mudanças econômicas e sociais. Em conjunto com outras trabalhadoras e trabalhadores, as mulheres aprendem a superar valores culturais originados no patriarcado que, segundo Duran (1983), as manteve na solidão política, no isolamento do lar, na posição desvantajosa de participação e no negar-se como trabalhadoras, principalmente na pequena produção familiar. Ao entrarem no mercado de trabalho, aprendem a se ver como trabalhadoras e a lutar pelo objetivo comum de serem reconhecidas como profissionais que possuem direitos e deveres e que, acima de tudo, podem ganhar seu próprio dinheiro, ou seja, obter sua própria renda através das diferentes atividades, como a Feira do Produtor. Aumenta, desta maneira, a consciência da mulher de sua importância na economia, na família e na sociedade, produzindo seu empoderamento.

Com a tomada de decisão de se integrar ao mercado de trabalho e, no caso estudado, expor seus produtos na Feira do Produtor de Toledo, as mulheres se inserem no processo de comunicação, ou seja, no processo de integração com outras pessoas, auxiliando, desta forma, no desenvolvimento do processo de empoderamento e na tomada de consciência de sua importância na sociedade. Isto ocorre devido a estas trabalhadoras rurais e urbanas conviverem com diferentes pessoas, possibilitando a comunicação com colegas de trabalho de visões diferentes, contribuindo, desta forma para reduzir a timidez que, na maioria das vezes, acomete mulheres que sempre viveram na sombra do elemento masculino, seja ele o pai ou o marido. A entrada destas mulheres na Feira do Produtor possibilita a troca de experiências sobre as maneiras de ver a sociedade ao seu redor e uma maneira de enfrentar os problemas cotidianos, conforme declaração de uma entrevistada:

[...] Eu inicie a minha atividade na feira porque eu queria uma renda minha e dar início ao salário meu, sem sair da propriedade, aí eu comecei a parte de panificação e fui vender de porta em porta e depois com o convite da EMATER para comercializar meus produtos, aí depois disso comecei a conhecer mais pessoas, me envolvi com sindicatos e comecei a me sentir com mais vontade de buscar saber sobre outras pessoas, a tomar mais decisões sobre a minha barraca e produtos e até mesmo dentro da propriedade. Aí eu me tornei mais desinibida e mais ativa, agora eu posso resolver situações difíceis e os problemas do dia-a-dia, porque lidar com o público e com os próprios feirantes não é fácil, a gente tem que saber falar com os dois lados para poder se dar bem com as pessoas e a discutir sobre os problemas aqui da feira [...] ²⁴.

²⁴ Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 09 com Sra. Daniele. 37 anos, feirante rural, pequena produtora rural, que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

Esse desenvolvimento comunicativo também fica explícito na fala de duas feirantes que exerciam suas atividades somente no meio rural e que depois de tomarem a decisão de ir comercializar seus produtos na feira se sentem mais valorizadas, ou seja, empoderadas no sentido de conseguir se desenvolver como pessoa e de se comunicar:

[...] Na verdade você acaba perdendo a vergonha, né, porque eu não gostava de fazer isso e achava que não servia pra vender, e hoje nem parece aquela mulher que ficava lá acanhada, me sinto valorizada, “nota 10” porque eu era muito vergonhosa não queria sair de casa conversar com ninguém, aqui eu mudei porque comecei a conversar com as pessoas e não tenho mais medo de falar em público [...] ²⁵.

[...] vim trabalhar na feira porque eu não gostava de morar no sítio, eu só ficava em casa e não gostava porque meu esposo trabalhava o dia inteiro na propriedade e eu ficava sozinha [...] aí surgiu a oportunidade da gente morar em Toledo fazer feira, nossa, eu mudei muito me tornei mais comunicativa porque lido com gente diferente sempre [...] aprendo um monte com isto [...] ²⁶.

O processo de empoderamento da mulher, segundo Deere e León (2002), desafia relações familiares. Isso ocorre pelo fato que há uma mudança na relação entre homem e mulher, pois não há mais decisões unilaterais de dominação da mulher pelo homem, seja em relação ao controle de suas opções de vida, de seus bens e de suas opiniões. Com isso, o empoderamento da mulher implica em mudanças em suas próprias experiências e também nas de seus companheiros e familiares.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, segundo Hernandez (2009), acentuou a divisão sexual do trabalho reservando para elas espaços específicos caracterizados por inferioridade hierárquica, salários menores e por atividades de acordo com suas habilidades consideradas inferiores. Isso ocorre porque as mulheres estão inseridas em uma sociedade que configura seu trabalho apenas como ajuda. Porém, a busca por novos espaços faz com que elas migrem do espaço privado para o público mesmo em posição desvantajosa, ocasionando maior autonomia.

Scott (1995), citada por Hernandez (2009, p. 47), expõe que a mulher está inserida em um contexto social e cultural que dificulta o seu sentir-se empoderada:

²⁵ Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 09 com Sra. Jacira. 31 anos, feirante urbana que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

²⁶ Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 09 com Sra. Elizabete 35 anos, feirante urbana que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

[...] “a divisão sexual não se expressa apenas pela divisão social do trabalho entre homens e mulheres nos setores produtivo e reprodutivo, mas também, nas normas que regulam esses dois âmbitos, nas representações do feminino e do masculino associados ao reconhecimento social (desigual) de homens e mulheres que deriva dessa relação, assim como nas relações de poder”.

Alves (2006), expõe em seu texto que existe uma representação “naturalizada” do homem como chefe da família e responsável pela produção, tendo como efeito uma desvalorização e marginalização das atividades realizadas pelas mulheres na esfera produtiva e reprodutiva. Na lógica da divisão sexual do trabalho na família há um entrave para a participação das mulheres em atividades produtivas remuneradas.

Porém, as mulheres rurais e urbanas têm buscado novas formas de relação de poder, como no caso analisado, passando a comercializar seus produtos na Feira do Produtor. Saem, deste modo do âmbito privado do lar, passando para o âmbito público e deixam de serem vistas apenas como esposas e mães. Passam a ser vistas como trabalhadoras em busca de uma nova identidade.

Esta busca por nova identidade ocasiona mudanças, ainda que singelas, na divisão do trabalho entre os membros da família, permitindo visualizar as contribuições de ambos os sexos no que se refere às atividades produtivas e reprodutivas. Dentro da propriedade os homens inicialmente tem a obrigação com as atividades produtivas, tendo o dever de suprir as necessidades alimentares através das lavouras principais e, quando não estão cuidando da lavoura principal, cuidam da lavoura temporária, sendo que estes produtos oriundos das lavouras temporárias são vendidos na feira. Este meio de venda possibilita a família dinheiro rápido, pois o que se comercializa é “à vista”, ao contrário das lavouras principais, cuja comercialização depende de vários fatores, como clima e preço adequado para sua venda, além de possuir um período de entressafra.

As mulheres, além de ajudarem no cultivo dos produtos temporários, são responsáveis por seu processamento e venda na feira do produtor e são responsáveis, além de tudo, pela reprodução social da família, sendo que suas atividades ocorrem primeiramente no âmbito doméstico, no cuidado com a casa e com os filhos. Ainda assim, algumas mulheres entendem que o trabalho efetuado por elas dentro da propriedade é uma ajuda ao elemento masculino que cuida da propriedade como um todo, colocando-se de maneira subordinada a eles, como se percebe na fala de algumas das entrevistadas:

[...] eu sempre fui do lar né, agora faz seis ano que to ajudando ele na comercialização dos produtos [...] ah, mas eu também quando precisa eu ajudo na horta mas não gosto não e o serviço de casa eu que faço

também, porque ele se dedica à propriedade ao que plantar e quando plantar eu não me meto não e fico ajudando ele na feira mesmo [...] ²⁷.

[...] eu vivo no sítio desde a minha infância e antes eu ajudava sempre meu pai até que eu casei [...] agora como temos muito peixe que meu esposo produz eu ajudo ele vendendo aqui na feira e a minha filha ajuda em casa mas as tarefas principais como lavar, passar e cozinhar é eu que faço, mas já mudou muito porque antes eu fazia tudo sozinha e ainda ajudava ele nos tanques[...] agora eu venho trabalhar aqui na feira ²⁸.

Segundo depoimentos, entre as mulheres urbanas que produzem e comercializam seus produtos na feira, sua responsabilidade principal é a reprodução social da família, como o cuidado com os filhos, a casa e o marido. Também consideram que ajudam o esposo com seu trabalho na esfera produtiva através da renda obtida na venda dos seus produtos na Feira Produtor. Os esposos, também no caso das mulheres urbanas, são considerados os responsáveis pela esfera produtiva, ou seja, são os responsáveis pela manutenção da família, pois recebem na maior parte dos casos renda superior à obtida pelas mulheres com a venda de seus produtos.

As mulheres rurais e urbanas possuem a mesma opinião a respeito do seu trabalho dentro e fora do lar. Deixam claro em suas falas que, apesar de terem dupla jornada de trabalho para ajudarem seus companheiros com as despesas do lar, se sentem valorizadas pelo que fazem, pois deixam de ser vistas apenas como donas-de-casa e passam a ser vistas como trabalhadoras. Elas conquistam novos espaços no espaço público, que neste caso é a Feira do Produtor, mas também obtém mudanças no espaço privado, ou seja, sua residência, pois passam a obter ajuda, mesmo que pequena, do marido e dos filhos nas tarefas domésticas. Isto fica claro no relato a seguir:

[...] Eu nasci na roça, antes trabalhava com meu pai, ajudando ele na produção, pois não tínhamos empregados e minha família era grande então todos ajudavam o pai na roça. Quem decidia o que teria que ser feito era o pai e a mãe, mas eu depois que ajudava a mãe em casa ia ajudar o pai, ele nem precisava pedir porque a gente já sabia o que tinha que ser feito. Hoje eu e meu marido decidimos em conjunto o que temos que fazer, mas como eu venho vender aqui na feira e tenho que chegar cedo pra arrumar a barraca e saio tarde da feira ele me ajuda em casa sim, pois quando eu não to ele tem que cuidar do almoço e da janta e limpar a cozinha pra mim. A minha filha que não gosta que eu trabalhe fora porque ela estuda de manhã e

²⁷ Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 09 com Sra. Elza. 41 anos, feirante rural e pequena produtora rural que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

²⁸ Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 09 com Sra Lurdes. 42 anos, feirante rural e pequena produtora rural que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

quando volta também tem que me ajudar porque eu estou ocupada com as coisas da horta [...] ²⁹.

Outro relato de uma feirante urbana explicita as mudanças ocorridas nas relações entre o homens e mulheres dentro do lar, mostrando que existe empoderamento desta em relação ao homem. As mulheres entrevistadas consideram de grande avanço a ajuda do homem nas pequenas tarefas domésticas que antes não existia, bem como a possibilidade de explicitarem suas opiniões e serem ouvidas quando há a necessidade de se tomar decisões dentro lar, como, por exemplo, na educação dos filhos ou nos investimentos a serem feitos com parte da renda familiar.

[...] meu esposo trabalhava com projetos arquitetônicos e eu comecei a produzir para ajudar ele dentro de casa, porque eu tinha dois filhos na faculdade, aí comecei a trabalhar e abri a minha loja e aí meu marido passou a me ajudar nas tarefas domésticas ele passou a fazer o almoço e arrumar a casa [...] depois tive que fechar a loja e comecei a vender aqui na feira [...] mas outra coisa que mudou é que como só ele trabalhava as decisões dentro de casa era só dele, eu servia apenas como esposa e mãe, em poucas coisas eu opinava mas depois que comecei a trabalhar comecei a decidir também e agora não tem mais eu ou ele decide, nos sentamos conversamos e decidimos o que é melhor pra todos [...] ³⁰

Dentre as formas de se sentir empoderadas, uma de grande valor para as mulheres é a questão da renda obtida através de seu trabalho. As depoentes consideram que a partir dela as decisões deixam de ser unicamente tomadas por seus companheiros e passam a ser tomadas por ambos. O próximo item trata especificamente da mulher com relação à renda obtida e ao orçamento familiar.

4.2 Mulher, renda e o orçamento familiar

As mulheres rurais e urbanas entrevistadas, ao ingressarem na Feira do Produtor de Toledo, estão em busca do seu eu, ou seja, de se sentirem empoderadas em relação ao seu esposo e familiares, tentando, desta forma, fugir da rotina cotidiana das tarefas domésticas e cuidado com os filhos e esposo. Neste sentido, obter renda para contribuir com o orçamento familiar é fator fundamental, como se observa no seguinte depoimento:

²⁹ Entrevista realizada no dia 09 de setembro de 09 com Sra. Fernanda. 35 anos, feirante rural e pequena produtora rural que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

³⁰ Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 09 com Sra. Marcia. 56 anos, feirante urbana que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

[...] eu casei bem nova, só fazia as coisas dentro de casa, mas eu tava ficando doente com isso, não tinha ninguém pra conversar dependia dele pra tudo, tudo tinha que pedir [...] aí comecei a fazer pão e sair vendendo pras vizinhas elas gostaram e eu também porque eu comecei a ganhar meu dinheiro, aí fiquei sabendo da feira e montei minha barraca, hoje me ocupo um monte, tenho meu dinheiro e sou outra pessoa mesmo, porque eu agora posso ajudar em casa [...] ³¹.

A mulher, a partir do momento em que se volta para uma atividade fora do lar ou que gera uma renda própria, percebe que, através da renda obtida, a sua importância dentro do próprio lar aumenta, pois passa a contribuir com o orçamento, antes proporcionado apenas pelo homem. Esta contribuição, segundo Fischer (2000), faz com que a mulher se veja desempenhando obrigações de provedora do lar juntamente com seu marido, trazendo com isso, para si, obrigações do chefe de família, como a necessidade de tomar decisões antes efetuadas apenas pelo homem, aumentando, com isso, o seu empoderamento dentro do seu lar e frente aos familiares.

Segundo Bisnath & Elson (2000), *apud* Hernandez (2009), o componente econômico, ou seja, a renda obtida pela mulher demanda que esta tenha acesso e controle sobre os recursos produtivos, garantindo desta forma certa autonomia financeira. Entretanto, a autora relata que as mudanças no setor econômico de poder das mulheres, não necessariamente altera as tradicionais normas e papéis existentes na relação de gênero, pois além de possuírem poder financeiro, estas precisam ter poder político, ou seja, a capacidade para analisar, organizar e mobilizar a mudança social. Podem agir, desta forma, no nível pessoal e social para melhorar sua realidade na sociedade em que vive.

O empoderamento econômico, conforme relato das entrevistadas, ainda é limitado no sentido de gerar mudanças mais profundas, pois estas se vêm tradicionalmente e culturalmente ligadas à posição de poder do marido ou do pai. Isso se dá devido ao fato da renda obtida através da Feira do Produtor, na maioria dos casos das entrevistadas, ser inferior a de seu companheiro. Deixam, assim, para a figura masculina o papel da tomada de decisões mais importantes dentro do lar, como os investimentos que necessitam de maiores valores monetários.

Deste modo as decisões tomadas pelas mulheres dentro do lar se resumem, na maioria das vezes, ao que consideram pequenas responsabilidades, como se percebe nas respostas das entrevistas quanto à destinação da renda. Estas assumem, na maioria das vezes, despesas com alimentação, educação, vestuário e

³¹ Entrevista realizada no dia 10 de setembro de 09 com Sra. Helena. 67 anos, feirante rural e pequena produtora rural que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

objetos pessoais para os filhos e para si, nunca se esquecendo do marido. Algumas mulheres ainda fazem economia para a compra de utensílios domésticos e para aquisição de alguma máquina de maior valor para a propriedade ou para a produção. Quando se pergunta sobre a renda obtida através da Feira do Produtor, as mulheres se acanham para responder, não dando a exatidão dos valores adquiridos, como se observa neste depoimento:

[...] tem que responder esta pergunta mesmo? [...] Olha eu não sei ao certo porque depende do dia, mas assim quase tudo que eu trago eu vendo pra você ter uma ideia tem mês que chego a tirar mais que meu marido, mas tem mês que não dá para tirar quase nada, depende se chove muito no dia da feira se ta muito frio [...] Então pode colocar aí que eu ganho de dois a três salários [...] aí com o dinheiro que eu ganho eu ajudo em casa, compro roupa pra mim pras crianças, compro as coisas pra casa e envisto aqui na feira também³².

Muitas entrevistadas, a partir do momento que começam a trabalhar fora do âmbito familiar, passam a ter dinheiro para gastarem em coisas “consideradas” menos importantes, mas fundamentais, na maioria das vezes, para a constituição da autoestima feminina; outras adquirem liberdade de gastar seu dinheiro sem a expressa autorização do marido. Estes gastos se reduzem a objetos e ações de pouco valor, como cortar o cabelo, fazer a unha, comprar um lanche para o filho, comprar algo para a casa de pequeno valor, pois os gastos com bens de maior valor geram a intervenção do marido, em alguns casos, ou são discutidas por ambos, o que significa, por si só, um ganho de poder por parte das mulheres como explica uma das entrevistadas:

[...] Depois que comecei trabalhar eu posso sair e ir ao salão ou mesmo tomar um lanche com meu filho sem eu ter que pedir dinheiro para o meu marido. Mas quando temos que comprar algo para a casa ou para a feira que envolve mais dinheiro nós tomamos a decisão juntos, conversamos e vemos se é importante mesmo para depois comprarmos [...].³³

Porém, a maioria das mulheres entrevistadas na Feira do Produtor ainda possui alguma dependência financeira e de poder em relação aos homens de sua família, diminuindo, com isso, o seu sentir-se empoderada. Isso talvez ocorra devido à manutenção do pensamento patriarcal, em que o homem é considerado o provedor, e no qual as tarefas domésticas ainda são função da mulher, pois estas não são vistas como trabalho e sim como obrigação de mãe e esposa. Mas esta situação é incômoda para as mulheres que tentam, de várias formas, reivindicar direitos iguais,

³² Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 09 com Sra. Paula., 42 anos, feirante rural e pequena produtora rural que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

³³ Entrevista realizada no dia 23 de setembro de 09 com Sra. Eliane., 28 anos, feirante urbana que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

pelos quais qualquer um dos dois (homem ou mulher) que esteja trabalhando possa prover e ajudar o outro em momentos difíceis. E dentro do lar, a reivindicação é pela divisão ou contribuição com o trabalho doméstico, pois com a saída das mulheres para o trabalho na Feira do Produtor, estas passam a exigir modificações nos padrões de comportamento de seus companheiros, diante dos novos papéis assumidos por elas dentro do lar e dentro da sociedade. Isto se percebe no seguinte depoimento:

[...] Depois que comecei a fazer feira mudei muito. Meu marido não gosta muito que eu venha não, mas é tão bom estar aqui. Aqui eu me sinto útil, conheço um monte de gente, to mais sabida, sem contar que toda quarta-feira eu sei que terei meu dinheiro garantido, aí eu posso comprar o que eu quero e até guardo. Agora com o meu dinheiro a minha filha pede as coisas eu não preciso falar antes pro meu esposo eu compro e dou dinheiro pra ela levar na escola. Tem dia que ele até vem falar pra mim se eu tenho dinheiro pra dar pra ele. Isso é tão bom porque sinto que agora ele me valoriza, e minha filha também, ela até brincou que to mais bonita, acho que é porque to gastando um pouco comigo (risadas). Meu marido não liga que eu gaste comigo, mas ele me controla porque me chama de mão aberta, mas eu não sou não, só passei a palpitar mais nas coisas lá em casa e ajudar ele a decidir nas coisas, não que antes eu não ajudava, mas agora é mais, acho que é por isso que me sinto mais valorizada, porque não tenho medo de falar o que sinto e o que acho [...]³⁴.

Apesar da necessidade de convencer e justificar para seu marido e filhos sua ausência do lar e uma rotina de trabalho muito árdua³⁵, constata-se que as mulheres valorizam a renda obtida, que, do ponto de vista da trabalhadora, não deve ser desprezada, porque esta renda, mesmo não sendo a fonte de renda principal, exerce importância no orçamento familiar, como relatado:

[...] Eu trabalho muito, mas com o pouco que recebo eu já estudei duas filhas em Curitiba e ajudei a comprar a nossa casa. Meu marido e minhas filhas não gostam do que eu faço, porque me querem mais perto deles, falam que eu trabalho demais, mas isso é o que eu sei fazer e o que eu gosto de fazer e ainda ajudo dentro de casa e não dependo só do salário do meu marido para comprar as coisas para estudar nossas filhas e para principalmente me sentir valorizada, pois como é bom um cliente chegar aqui na barraca e elogiar meus produtos. Porque desde que comecei a vender aqui na feira eu já tenho clientes fixos que quase toda quarta-feira vem diretamente aqui na barraca e até fazem encomendas para outra semana.³⁶

A renda das trabalhadoras provenientes da Feira do Produtor de Toledo é formada, em média, por 01 a 03 salários mínimos nacionais. A maior parte

³⁴ Entrevista realizada no dia 09 de setembro de 09 com Sra. Vanessa, 32 anos, feirante rural e pequena produtora rural que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

³⁵ Existem mulheres que trabalham com pães e bolachas, o que exige muitas horas de trabalho, fazendo com que fiquem até a madrugada trabalhando para conseguirem produzir quantidade suficiente para a venda na feira.

³⁶ Entrevista realizada no dia 23 de setembro de 09 com Sra. Santana., 34 anos, feirante urbana que comercializa seus produtos na feira do produtor de.

das mulheres entrevistadas começaram a comercializar na feira para, em primeiro lugar, obter sua renda e, em segundo lugar para dar vazão aos produtos oriundos de seu quintal que, segundo as entrevistadas, sobravam depois que a família consumia. É o que diz uma entrevistada:

[...] lá em casa nós temos muita coisa, na horta e no quintal, aí meu esposo e eu conversamos com um amigo que vendia na feira, aí veio na mente de vender também, porque dava dó de ver tanta coisa estragando, e olha que a gente comia e dava pros outros e mesmo assim sobrava, agora eu trago e vendo sempre tem coisa diferente porque depende da época da produção, e meu marido cuida das outras coisas como o gado de leite que tem lá [...] ³⁷.

As mulheres rurais entrevistadas, antes de comercializarem seus produtos na Feira do Produtor eram, na maioria dos casos, donas-de-casa. No caso das feirantes urbanas, estas vendiam sua força de trabalho nas empresas locais como vendedoras ou eram empregadas domésticas, em sua maioria. Outras ainda vendiam seus produtos de porta em porta, não possuindo, na maioria dos casos, carteira de trabalho assinada, ou seja, suas atividades não eram contabilizadas, pois seu trabalho era no setor informal da economia.

O trabalho remunerado das mulheres expositoras na Feira do Produtor permite a sua participação no orçamento doméstico, o que, por um lado, se constitui em um avanço na descaracterização do trabalho feminino como ajuda. A chamada ajuda, neste caso, é um tipo de trabalho geralmente considerado incerto, realizado no convívio de familiares e não reconhecido formalmente, pois faz parte de uma economia marginal que não usufrui de direitos que regulam o sistema de produção.

Considerando as narrativas das trabalhadoras da Feira do Produtor de Toledo, a sua saída do lar para o trabalho remunerado através da venda de seus produtos significa a oportunidade de ter reconhecimento, permitindo reduções nas desigualdades de gênero. Significa, sobretudo, a abertura de caminhos para a conquista de sua autonomia e para seu empoderamento. A renda semanal obtida garante a sua participação nas despesas do lar, o que, num plano maior, tende a gerar mudanças na maneira de se enxergar a mulher. Ela deixa de ser vista como restrita ao espaço doméstico e passa a ser vista como participe das decisões, com capacidade de mando nos espaços público e privado.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres não impedem que elas se desliguem de seus familiares, pois buscam sempre estar junto com os filhos e

³⁷ Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 09 com Sra. Maria, 45 anos, feirante rural e pequena produtora rural que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

maridos em atividades cotidianas, como as tarefas escolares ou mesmo junto com o seu esposo na lavoura. Muitas mulheres, além de trabalharem na feira e no lar, têm um toque especial para os negócios da família, pois estas possuem sensibilidade para buscar novos horizontes para melhoria de renda dentro do lar, como relatado por uma entrevista:

[...] Meu marido trabalhava na SADIA, e o pai dele fabricava os embutidos mas não dava muito lucro, aí falei pro meu marido porque você não vai ajudar seu pai na fábrica? Aí como ele já estava insatisfeito com o trabalho ele foi ajudar, [...] eu não entendo muito das coisas, mas aí eu conheci a feira e como ele vendia na região falei pra ele colocar uma barraca na feira também, porque eu achava que daria dinheiro e mostraria mais nosso produto na cidade. Ele e o pai dele que é dono da fábrica não quiseram, mas eu convenci ele e agora a feira é responsável por 30% da venda do produto e com ela que foi uma vitrine o produto tá saindo muito mais. [...] não tenho mais tempo pra nada, porque eu trabalho aqui na feira em casa e quando precisa eu ajudo na fábrica em tudo e quase todos os dias saio de casa no final da tarde pra ajudar a lavar a fábrica[...].³⁸

Segundo o depoimento das mulheres, elas ainda encontram tempo para assistir televisão, para conversar com os vizinhos, para visitar os parentes e para fazer cursos quando oferecidos pela EMATER, sendo que algumas das mulheres, principalmente as rurais, encontram tempo para participar de sindicatos e reuniões que envolvam a Feira do Produtor.

As atividades desenvolvidas na unidade familiar no setor de reprodução, no que se referem à limpeza da casa, cozinhar, lavar e passar roupas, o cuidado com os filhos, com sua higiene pessoal, suas tarefas escolares e os cuidados com os arredores da casa, são considerados de responsabilidade feminina.

Mas estas mulheres aqui retratadas, em busca de novos espaços dentro da esfera produtiva, desenvolvem várias tarefas no seu dia-a-dia fora do âmbito familiar, como a venda direta ao consumidor e o cuidado com as atividades que envolvem os produtos para a feira do produtor e, com isso passam a redistribuir o serviço doméstico com os demais membros da família, mesmo que seja em proporções menores.

³⁸ Entrevista realizada no dia 23 de setembro de 09 com Sra, Matilde, 31 anos, feirante ubana que comercializa seus produtos na feira do produtor de Toledo.

4.3 O perfil da mulher trabalhadora na Feira do Produtor de Toledo

Com o objetivo de conhecer e identificar com maiores detalhes as mulheres que trabalham na Feira do Produtor de Toledo e seu empoderamento traçou-se seu perfil através de um questionário com perguntas abertas e fechadas. Entrevistou-se 23 mulheres que trabalham diretamente na produção e comercialização de seus produtos na feira.³⁹

Em relação aos dados sociais, constata-se que 53% destas mulheres estão vinculadas à pequena propriedade rural mantida pela agricultura familiar e 47% destas pertence ao meio urbano. Destas últimas, 20% vieram do meio rural e 80% nunca viveram ou trabalharam neste meio.

Observou-se que a faixa etária predominante entre as mulheres rurais é de 30 a 49 anos, ou seja, 85% e 15% possui idade entre 60 e 69 anos. No caso das mulheres urbanas, a idade é mais heterogênea, variando de 18 a 56 anos, isto é, 20% das mulheres tem entre 18 e 29 anos; 30% tem entre 30 e 39 anos; 20% tem entre 40 e 49 anos e 30% tem entre 50 e 56 anos. Outro dado relevante mostra que 100% das mulheres rurais entrevistadas são casadas e a maioria (76,92%) das mulheres tem entre de 01 e 02 filhos. Para as mulheres urbanas esta porcentagem se diferencia, sendo que 80% são casadas e 80% tem entre 01 e 04 filhos.

Em relação a habitação, 69% das mulheres rurais possui residência própria e, para as mulheres urbanas, este número sobe para 90% sendo que 38, % das mulheres rurais obtém renda quase que exclusivamente da venda dos seus produtos na feira do Produtor Rural. No caso das mulheres urbanas, apenas 10% tem sua renda total obtida através da venda dos produtos na feira do produtor.

Sobre o nível de escolaridade registrou-se que, entre as mulheres rurais, 54% possui 1º grau completo, seguido de 23% com 2º completo; 15% com 2º grau incompleto; e 8% com 1º grau incompleto. Entre as mulheres urbanas, 50% possui 2º completo, seguido de 20% com 3º grau completo, 20% com 1º grau completo e 10% com 1º grau incompleto.

Nos dados técnicos, constatou-se que 69% das mulheres rurais comercializam seus produtos há mais de 03 anos na feira do produtor rural, seguida de 31% que comercializa há mais de 08 anos. Entre as mulheres urbanas, este número varia mais, sendo que 40% comercializa seus produtos há mais de 08 anos, 30% entre 05 e 06 anos e 30% entre 01 e 02 anos.

³⁹ As entrevistas foram realizadas com apenas 23 mulheres do total das 36 barracas entrevistadas. Isto ocorreu pelo fato destas mulheres estarem dispostas a responder um questionário mais longo com conversas mais formais, que tomavam maior tempo.

Dos produtos comercializados, 62% das mulheres rurais comercializa hortaliças, 23% comercializa bolachas e pães e 15% comercializam outros tipos de produtos, como geléias e produtos derivados do peixe e do milho. As mulheres urbanas possuem maior diversificação entre os produtos vendidos, sendo que 30% vendem produtos embutidos como salame, linguiça e defumados, 20% comercializam pães e bolachas, 20% vendem produtos oriundos do artesanato, como crochê, chinelos, bolsas, e sabonetes e 20% comercializa produtos para consumo no local como espetinho e tapioca.

Um dado interessante a se relatar é que apenas 08% das mulheres rurais possuem a barraca da feira do produtor registrada em seu nome e 62% no nome do esposo. Entre as mulheres urbanas, 60% possui a barraca em seu nome e 40% no nome do pai ou esposo. Mas, quando indagadas sobre quem iniciou a comercialização na feira do produtor, 54% das mulheres rurais responderam que foi o casal, 38% que foi ela mesma e 08% que foi o esposo. No caso das mulheres urbanas, 60% responderam que foi ela mesma, 30% que foi o casal e 10% que foi o pai ou o esposo. As mulheres rurais, mesmo estando à frente da comercialização e produção, deixa os trâmites burocráticos com o seu esposo, pois, segundo as respostas das mesmas, eles sabem mais sobre a propriedade e mexem melhor com as papeladas, deixando claro, desta forma, uma certa dependência em relação ao marido.

A respeito das mulheres urbanas, esta dependência em relação a pai ou esposo é menor, como evidenciado neste item da pesquisa. Isso ocorre devido ao fato das mulheres urbanas possuírem maior nível de escolaridade e, com isso, uma maior desenvoltura em relação ao meio que as cerca e frente a sociedade, evidenciando que o processo cultural do patriarcado está mais enraizado nas mulheres rurais do que nas urbanas.

Outro fator de relevância que foi indagado pelo questionário aplicado foi a respeito da participação dessas mulheres em movimentos sociais, organizações como sindicatos, clubes de mães, entre outros. Entre as mulheres rurais, 46% responderam que quem participa é o esposo, 38% responderam que não participam e 15,38% responderam que são atuantes em organizações sociais como os sindicatos e que começaram depois de iniciarem suas atividades na feira do produtor.

As mulheres urbanas possuem postura diferenciada em relação à participação em sindicatos, sendo que 90% destas não participam: nem elas, nem o esposo ou pai em nenhuma instituição e somente 10% participam, mas não como atuantes. Neste item, a participação em organizações sindicais está mais implícito na família rural do que na urbana, em que a mulher rural entrevistada, mesmo deixando as reuniões na mão do esposo, vê que há a necessidade de participar de associações

e sindicatos, pois consideram que assim podem ajudar a melhorar o meio em que vivem. A maioria das mulheres urbanas, quando indagadas a respeito, não participavam porque não gosta de política e consideram os sindicatos e associações como um órgão político.

O questionário ainda averiguou sobre a importância da feira do produtor de Toledo para o empoderamento dessas mulheres e o que a feira significava para elas: as mulheres rurais e urbanas foram unânimes ao responder que a partir do início da comercialização na feira elas passam a ter renda e melhor qualidade de vida, pois ajudam dentro do lar com o que ganham. A participação na Feira do Produtor foi uma alternativa que elas encontraram para complementar a renda advinda do esposo, aumentando, com isto, a qualidade de vida, a qualidade do trabalho e a relação de gênero dentro de suas residências e propriedades.

A feira, para estas mulheres, significou mais do que um espaço de comercialização de produtos oriundos de seu próprio trabalho, o que por si só significa um reconhecimento deste. Significou, mesmo que singelamente, a ruptura dos papéis tradicionais de homem e mulher, ou seja, há a abertura de um caminho de transformação nas relações tradicionais de gênero, mesmo que isto ocorra ainda numa esfera restrita, a da obtenção, posse e utilização – para a família, mas também para seu próprio benefício – de uma renda própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo da participação de mulheres rurais e urbanas na Feira do Produtor do Município de Toledo / PR, esta dissertação teve como preocupação central compreender como se constituem estratégias de vida que conduzem ao seu empoderamento. Objetivou-se saber como se sentem em relação ao seu trabalho, que envolve a produção e a comercialização de diferentes produtos, bem como, se este trabalho na esfera pública – a Feira do Produtor de Toledo –, alterou a estrutura familiar, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero.

Constatou-se com a pesquisa que, apesar da maior parte do orçamento familiar das trabalhadoras entrevistadas ser coberto pela renda feminina, ele ainda continua sendo controlado pelo homem. Prevalece o hábito do homem determinar o que a família deve adquirir para o consumo alimentar, para o vestuário e principalmente para outras necessidades que envolvam maior valor monetário. No entanto, está havendo uma ruptura no controle masculino, pois, na medida em que a consciência da mulher, em relação a aspectos diversos de seu cotidiano, se transforma com o trabalho na Feira do Produtor, o consenso que sustenta o poder masculino perde força.

A nova ordem de distribuição dos direitos e deveres dentro da família e da sociedade tende a requerer uma redefinição dos papéis de homens e mulheres, com equilíbrio de poderes. A imagem da mulher frágil dificilmente tem expressão num contexto em que a força física já não representa necessidade indispensável ou referência de valor. Essa fragilidade perde importância na sociedade quando a mulher consegue independência financeira, mesmo que esta ainda se encontre num plano insatisfatório e desvantajoso para o feminino, em vista de sua renda ser inferior a de seu companheiro.

O poder secularmente conferido ao homem, por ele ocupar o papel de provedor da família, já não consegue se sustentar numa realidade em que a mulher passa a obter certa independência financeira. A cultura de inferiorização da mulher, devido à sua submissão financeira, é atingida em sua raiz.

Mas, é preciso ressaltar que a inferioridade feminina não se sustenta só no econômico, isto é, isoladamente a independência financeira não garante a igualdade entre homens e mulheres. Afinal, para as mulheres atingirem um certo patamar da autonomia elas necessitam de amparos legais e dispositivos que interfiram nos hábitos, nos costumes, e que contribuam para gerar mudanças estruturais na sociedade, não só no setor público como também, e principalmente, no privado.

As trabalhadoras da Feira do Produtor de Toledo tem contribuído para a alteração das relações de gênero tradicionais, empoderando-se, quando saem para trabalhar fora de seus lares e propriedades, onde na maioria das vezes, seu trabalho árduo não tem visibilidade.

Mas, o processo de empoderamento das mulheres pesquisadas ainda é sutil, pois estas são influenciadas por uma sociedade paternalista e consideram o seu trabalho como uma “ajuda” para seus companheiros e familiares. Por outro lado, estas mesmas mulheres se sentem valorizadas sim, pois romperam, de uma forma ou de outra, com a cultura de que o poder pertence ao homem, simplesmente pelo fato de saírem do âmbito familiar e obterem colaboração de seus companheiros e familiares em trabalhos antes considerados exclusivamente femininos, como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família; ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa, em geral, uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como abandono das decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família. O processo de empoderamento da mulher traz à tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Neste sentido, Deere e Leon (2002) indicam que se trata de um processo que não é linear nem igual para todas as mulheres. Porém, o empoderamento das mulheres é possível desde que estejam presentes as condições necessárias, tanto na lógica de formulação, execução e operação das políticas públicas.

Verificou-se nesta pesquisa através dos relatos, a aquisição de empoderamento por parte das mulheres participantes da Feira do Produtor de Toledo, de acordo com dois dos aspectos identificados por Oxaal e Baden (1997), ou seja: o “poder com”, que envolve as pessoas para conseguir objetivos em comum e o “poder de dentro” que se refere a obtenção de autoconfiança e tomada de decisões dos indivíduos sobre suas próprias vidas.

Desta forma, dentro da Feira do Produtor de Toledo, todas as mulheres entrevistadas demonstraram se sentir empoderadas do seu trabalho, mesmo que este processo de aquisição de poder represente lutas contínuas frente à sociedade e, principalmente frente à família, para que estas possam tomar posse de seus atos e de suas ações alterando desta forma as relações de gênero e as relações sociais.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M.I.B. (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 347-366.

AGUIAR, N.; Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociológico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (Org). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde à perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record. Rosa dos Tempos, 1997. p.161-191.

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.

ALVES, E. L. G.; AMORIM, B. M. F.; CUNHA, G. H. M. **Emprego e ocupação: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na grande São Paulo – 1988/1995**. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 497)

ALVES, M. F. **Gênero e crédito no Oeste Potiguar: uma experiência de inclusão e articulação**. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. Brasília: MDA, 2007.

ANJOS, S. F; GODOY, W. I.; CALDAS. **As Feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária, 2005.

BAQUERO, R.V.A. **Empoderamento: questões conceituais e metodológicas**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 77-93, maio/ago. 2006.

BISNATH, S.; ELSON, D. Women's Empowerment Revisited. In: UNIFEM **Progress of the World's Women**. Cidade: 2000.

BUARQUE, C. **Estratégias para a Reforma Agrária sob a ótica de gênero**. Projeto de Integração da Perspectiva de Gênero no setor de Reforma Agrária, Relatório de Pesquisa. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 23 Set. 2009.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 12 (1):360, p. 205-227 jan/abr. 2004.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre: ano 4, n. 7, p. 50-81 jan./jun. 2002.

BRUSCHINI, C. **O trabalho da mulher no Brasil**: tendências recentes. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. São Paulo: ABET, vol. 1, 1993.

BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: _____. **Gênero e trabalho na sociologia latinoamericana**. São Paulo: Atlas, 1998.

BUTTO, A. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ MDA, 2005. 180p.

COLLING, A. A construção histórica do feminismo e do masculino. In: NEVES, M. et al.(orgs). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.13-38.

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. **Mulher rural nos discursos dos mediadores**. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, UFRRJ, n. 5, p. 45-57, nov. 1995.

CUNHA, M.M.C. Menção honrosa. In: ALVES, M. (Org.). Coletânea sobre estudos rurais e gênero. NEAD ESPECIAL 2006.

Decreto Municipal nº 090/1984, de 3 de setembro de 1984. Institui a Feira do Pequeno Produtor de Toledo, aprova seu regulamento e da outras providencias. Lex: Publicado no Jornal do Correio Oeste, n 57, p. 07. 1984.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS. 2002.

DURAM, M.A. **A dona de casa**: crítica política da economia doméstica. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FISCHER, I. R. **A trabalhadora rural**: conscientização social e política na empresa agrícola moderna. Recife: Massangana, 2000.

GARCÍA SANZ, B. La mujer rural em los procesos de desarrollo de los pueblos. **Revista do Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales**. Madrid: n. 55, p. 197-120, 2004.

HEREDIA, B.M.A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164p.

HEREDIA, B.M.A. de.; CINTRÃO, R.P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. 2006.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?. Porto Alegre, 2006 248 p. Tese (Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

HERRIGER, N. **Empowerment in der sozialen arbeit**. Stuttgart: Eine Einfuhrung, 1997.

KON, A. **A economia política de gênero**: determinantes da divisão do trabalho. *Revista de Economia Política*, vol. 22, n. 3, jul./set. 2002.

LAGARDE, M. **Género y feminismo desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas & horas, 1996.

LISBOA. T.K. **Gênero classe e etnia**: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

MELO, H.; DI SABATTO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: MDA-PPIGRE- **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, MDA-NEAD, 2006. p.47-87.

MEYER, D. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.57, n.1, p.13-18, jan./fev. 2004.

MILLER, K. D. Colonização pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 83-139, jan./mar. 1986.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Vozes, 1994. 80 p.

MOTA, M.D.B. Margaridas nas ruas: As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: ALVES, M. (Org.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. NEAD ESPECIAL 2006.

MOURA, M.M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: HICITEC, 1978. 112 P.

NEVES, D. Desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In DUARTE, A.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. p.147-168.

_____. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. (org.) **Desenvolvimento Social e mediadores políticos**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 21-44.

NUSSBAUM, M. **Las mujeres y el desarrollo humano: El enfoque de las capacidades**. Barcelona: Editorial Herder, 2002

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: **Gênero e agricultura familiar**. Cadernos Sempreviva. São Paulo, p.15-27, 1998.

OLIVEIRA, M. L. S.; **Mulheres na liderança, relações de gênero e Empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 2006, 132 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA) UFRRJ.

OXAAL, Z.; BADEN, S. **Gender and empowerment**: definitions, approaches and implications for policy. Briefing prepared for the Swedish International Development Cooperation Agency (Sida): out. 1997

PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. In: Ciência Hoje. V. 5, n. 28, jan./fev. 1987.

PIOVESAN, F.; Direitos civis políticos: a conquista da cidadania feminina. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. Fundação Ford, 2006.

PISA, E. C. C.; RIBEIRO, E. M. **O trabalho feminino na agropecuária de Minas Gerais**, 1985/1996. In: Anais CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 4., UFV. Viçosa. 1999.

PIZZATO, M.D.; **O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial**: o caso da produção integrada à sadia em Toledo – Paraná. Marechal Cândido Rondon, 1993, 89 p. Monografia (Especialização em Geografia do Brasil) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá / Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO A “FEIRA MUNICIPAL”. Município de Toledo Secretaria da Agricultura. Toledo, Jul. 2001.

RAGO, M.; **Ser mulher no século XXI ou carta de alforria**. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. Venturi, G., Recamán, M., Oliveira, S. (orgs.). Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, E.M. **Feiras do Jequitinhonha**: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal de Lavras, 2007. Coleção BNB Projetos Sociais; n.1, 246 p.

ROMANO, J. O.; **O Empoderamento**: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

RUA, M. G. e ABRAMOVAY, M. **Companheiras de Luta ou “coordenadoras de painelas”?**: As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S.A. **Migrações e comunidades cristãs no sul do Brasil**: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná. Toledo: UNIOESTE-FACITOL, 1993, 131 P.

SCHREINER, Davi F. **Cotidiano, trabalho e poder**: a formação da cultura do trabalho no Oeste Paranaense. 2. ed. Toledo: EdT, 1997.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, J.; **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1989.

SEN, Gita. El empoderamiento como um enfoque a la pobreza. In: **DEVELOPMENT**: alternatives with women for a new era. Dawn, 2002.

SILVA, N. J. A. da. **A Produção hortigranjeira no município de Maringá**. Dissertação de Mestrado. UEM. Maringá: 2006.

SILVA, C. B.; Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, jan./abr. 2004.

SCHULTZ, T.W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207p.

SCHWARZER, H. **Previdência rural e combate à pobreza no Brasil**: resultados de um estudo de caso no Pará. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 14, 2000, p. 72- 102.

SCOPEL, J.L. **Conhecendo o município**. Cascavel: Gráfica Universitária, 1996. 32 p.

SORJ, B.; Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. Venturi, G., Recamán, M., Oliveira, S. (orgs.). Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

SOUSA, L.; **Memórias de Economia**. A origem das feiras. Edição eletrônica. 2004
Texto completo em <<http://www.eumed.net/coursecon/libreria/>>, Acesso em: 01 jun. 2009

SOUZA, M.de L. O.; **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento de Reforma Agrária**: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. 134 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

VELOSO, T. M. G. Os assentamentos rurais no litoral Paraibano: a proposta das feiras agroecológicas. *In*: FERRANTE, V. L. S. B; ALY JUNIOR. (Org) **Assentamentos Rurais**: Impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). Araraquara-SP:UNIARA/ABRA/INCRA, 2005.

ANEXOS

ANEXO I – DECRETO Nº 090/84- TOLEDO- PR

DECRETO Nº 090/84

DATA: 03 de setembro de 1984.

SÚMULA: Institui a Feira do Produtor de Toledo, aprova seu regulamento e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea “a” do inciso I do “caput” do artigo 101 da Lei Orgânica dos Municípios e artigo 1º da Lei nº 815/75,

Considerando que as diretrizes do Governo “Toledo: Comunidade no Poder” fixam, entre outras, a prioridade do “desenvolvimento de programas de produção de alimentos”;

Considerando que o pequeno produtor toledano deve ser estimulado em sua produção agropastoril, como forma de melhoria de condições de vida e de sua fixação ao meio;

Considerando, também, que o intercâmbio entre o produtor e o consumidor é fator de garantia de melhores preços e de aquisição de produtos recém – colhidos e saudáveis:

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Feira do Pequeno Produtor de Toledo, com as seguintes finalidades:

I - Vender, a varejo, produtos hortifrutigranjeiros, conservas, pescados, produtos derivados de leite e de industrialização caseira;

II – Difundir o artesanato rural;

III – Fomentar a produção municipal de produtos hortifrutigranjeiros;

IV – Incentivar a diversificação da produção agropecuária no Município de Toledo.

Art. 2º - Fica aprovado o Regulamento da Feira do Pequeno Produtor de Toledo, que com este baixa, elaborado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em conjunto com as seguintes entidades locais: Núcleo Regional da SEAG, EMATER-PARANÁ/ACARPA, COOPAGRO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural de Toledo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE TOLEDO,
Estado do Paraná, em 03 de setembro de 1984.

ALBINO CORAZZA NETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE E PUBLIQUE-SE

NELSON B. BUCALÃO
SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO

Publicado no Jornal Correio do Oeste
nº 57, de 05/09/84, página 07.

**ANEXO II – PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO A FEIRA DO PRODUTOR DE
TOLEDO**

**MUNICÍPIO DE TOLEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA**

**PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO A
“FEIRA MUNICIPAL”**

TOLEDO, julho de 2001.

1. JUSTIFICATIVA:

O município de Toledo caracteriza-se pela produção agropecuária intensiva, destacando-se na agricultura, a produção de grãos e na pecuária a Suinocultura, Avicultura e Bovinocultura de Leite. Todas estas atividades são desenvolvidas com o emprego de modernas tecnologias, conseguindo-se obter altos índices de produtividade.

No entanto, os sistemas de produção empregado, tornam-se viáveis para médias e grandes propriedades, sendo que para as pequenas, pelo baixo uso de mão de obra e pela escassez de recursos, torna-se fundamental a busca de alternativas de renda.

Hoje, com a falta de maiores oportunidades de vagas no mercado formal de empregos no meio urbano, os trabalhadores passaram a buscar alternativas de renda, através da transformação de matéria prima de origem agropecuária, em pequenas unidades de produção artesanais ou agro-industriais.

No entanto, a dificuldade de acesso ao mercado consumidor está gerando dificuldades econômicas e financeiras.

Neste sentido, uma das alternativas para uma parcela dos pequenos produtores é a venda direta de produtos *in natura* ou transformados para o consumidor urbano, através da feira municipal.

2. OBJETIVO

Viabilizar a comercialização dos produtos produzidos e/ou transformados pelas pequenas propriedades rurais e unidades de transformação agroindustriais e artesanais, rurais e urbanas estabelecidas no município, através da realização de feiras-livres em local definido, e previamente autorizados pela coordenação do Programa.

3. BENEFICIARIOS DO PROGRAMA

Pequenos produtores rurais e urbanos do município de Toledo, de forma individual, ou Associação de moradores, a qual terá a responsabilidade de administrar com equidade o acesso dos associados interessados as barracas disponíveis.

4. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA

4.1. ESTRATÉGIA TÉCNICA

O público alvo será os atuais feirantes, juntamente com os novos interessados desde que enquadrados no regimento interno aprovado pelo conjunto dos participantes e com a aprovação da Secretaria Municipal da Agricultura de Toledo.

4.2. ESTRATÉGIA OPERACIONAL

A operacionalização das feiras será regida por um regimento interno específico, feito com a concordância da maioria dos participantes, definindo regras básicas de operacionalização e adequação aos padrões do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

5. APOIO

- Aquisição de 18 barracas montáveis, padrão – feira;
- Organização do Programa, através da identificação e aprovação do ponto de venda e adequação a Vigilância Sanitária;
- Assistência Técnica na produção/transformação e padronização dos produtos para a venda.

6. COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Prefeitura Municipal de Toledo/Secretaria Municipal da Agricultura;
Prefeitura Municipal de Toledo/Secretaria de Assistência Social;
EMATER-PR;
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo;
Associação Municipal dos Feirantes (a ser constituída).

7. ATRIBUIÇÕES:

7.1. Compete a COORDENAÇÃO DO PROGRAMA, além das atribuições que lhe são inerentes:

- a) Coordenar a operacionalização do Programa desenvolvendo ações em benefício do perfeito andamento do programa, a nível das comunidades rurais e urbanas e a nível dos produtores, em apoio as equipes de execução;

- b) Fiscalizar o cumprimento do regimento interno, auxiliando na solução de problemas comuns;
- c) Auxiliar na divulgação das feiras;
- d) Auxiliar na resolução dos casos não previstos no regimento.

7.2. Compete aos FEIRANTES

- a) Submeter-se as normas regimento Interno da feira;
- b) Contribuir para a divulgação da feira e emvidar esforços para o aprimoramento, através da profissionalização da atividade;
- c) Participar ativamente das atividades desenvolvidas pela Coordenação, participando das reuniões e capacitações;
- d) Produzir, através de estratégias de programação, produtos para abastecer as feiras.

8. RECURSOS MATERIAIS/CUSTO DO PROJETO

- Aquisição de 18 barracas no valor de R\$ 411,00 cada, totalizando **R\$ 7.398,00**;
Lei "R" nº 9, PPA Art. 2, §7, Inc. X Alin. C. Lei "R" nº 45, LDO Art. 3.º 3, Inc. VIII, Alin. C. Conta nº 04.16.0427.2-077/3132.

9. Local e data de elaboração da proposta: 10 de julho de 2001.

10. Responsáveis Técnicos:

Engº Adalberto Telesca Barbosa, Engº Agrº José Augusto de Souza, Engº Agrº João Laudelino Bonetti, Téc Agric. Agostinho dos Santos Lisboa e Assistente Social Claudete Galhardo e Diuslene Fabris.

Anuência da Prefeitura Municipal:

Somos de parecer favorável a aquisição das referidas barracas.

Toledo-PR, 10 de julho de 2001

José Augusto de Souza
Secretário Municipal da Agricultura

ANEXO III – REGULAMENTO DA FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO**ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE TOLEDO****REGULAMENTO DA FEIRA DO PRODUTOR DE TOLEDO****CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS E FINALIDADES**

Art. 1º Este Regulamento estabelece as atividades da Feira do Produtor de Toledo, instituída, organizada e em funcionamento desde agosto de 2001

Art. 2º São objetivos da Feira do Produtor:

I – incentivar a produção em pequenas indústrias caseiras de gêneros hortifrutigranjeiros, defumados, de panificação, culinários, artesanais e derivados do leite, com liberação do Serviço de Inspeção Municipal, exceto carne fresca de qualquer natureza;

II – contribuir com a geração da renda familiar e de empregos;

III – estabelecer uma convivência harmoniosa, associativa e solidária entre os feirantes, com trocas de experiências;

IV – ir ao encontro do consumidor, apresentando os produtos com qualidade e higiene;

V – organizar a comercialização de produtos artesanais, através da exposição e venda direta.

**CAPÍTULO II
DO FUNCIONAMENTO**

Art. 3º A Feira do Produtor de Toledo, autorizada pelo Poder Público, será realizada preferencialmente as quartas-feiras, em área especialmente destinada.

§ 1º Poderão ser realizadas feiras semanais em outros locais do perímetro urbano, em espaço especialmente destinado, ouvidos os feirantes interessados.

§ 2º Desviado o objetivo da Feira, poderá o Poder Público revogar a autorização concedida.

§ 3º São parceiras da Feira a Prefeitura do Município de Toledo, através da Secretaria da Agropecuária e Abastecimento, e a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR).

§ 4º O início da Feira será as dezessete horas, com duração máxima de quatro horas e trinta minutos.

§ 5º Poderá a Feira eventualmente iniciar ou ser encerrada antecipadamente ao horário previsto no parágrafo anterior, desde que constatado algum fato justificável, imperioso ou decorrente de força maior.

§ 6º O local será previamente sinalizado, de modo que o espaço destinado a sua realização esteja livre a partir das doze horas.

§ 7º Os feirantes, acompanhados dos seus produtos, deverão estar no local com antecedência mínima de trinta minutos do horário previsto da abertura, devendo os veículos ser retirados até quinze minutos antes do início da venda dos produtos.

§ 8º A ausência injustificada do feirante, sem aviso prévio, a duas feiras consecutivas resultarão na perda do lugar na Feira.

§ 9º As justificativas alegadas serão analisadas pela Diretoria, que poderá amenizar, justificadamente, seus efeitos.

Art. 4º A manutenção da ordem e do bom funcionamento constituem-se exigências permanentes, podendo ser verificada periodicamente com o concurso do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 5º Caberá às pessoas interessadas em comercializar produtos na Feira provar a sua condição de produtor, declarando a fonte de sua produção e os tipos de produtos posto a venda

Art. 6º A inscrição do produtor como feirante será efetuada junto ao Escritório Municipal da EMATER/PR e à Diretoria da Associação dos Feirantes de Toledo, através da apresentação dos seguintes documentos para inserção de dados em ficha cadastral;

- I – cédula de identidade civil e cadastro de pessoa física;
- II – prova, sob forma legal, da condição de produtor;
- III – liberação do Serviço de Inspeção Municipal, quando se tratar de produção artesanal de alimentos.

§ 1º A autorização para iniciar as atividades de feirante, com validade de um ano, renovável mediante interesse expresso, será fornecida após o exercício de fiscalização, que observará as normas de saúde e higiene públicas.

§ 2º Constará da ficha de inscrição a relação das pessoas autorizadas a comercializar na barraca.

Art. 7º A Diretoria manterá um prontuário atualizado, fornecendo, a cada feirante inscrito regularmente, carteira de identificação, que provará a condição de produtor no espaço da Feira, em barraca ou outro meio adequado ao exercício da atividade de comercialização.

Parágrafo único. A omissão do documento de que trata este artigo, quando exigido pelo serviço de controle da Diretoria, Fiscalização ou Inspeção, resultará na suspensão das atividades de comercialização até que seja regularizada sua situação.

Art. 8º A matrícula e autorização serão cassadas pela Diretoria quando constatada a prática de:

- I - venda de produtos deteriorados ou fora do período de validade para consumo;
- II – venda de produtos de origem animal sem a expressa liberação do Serviço de Inspeção Municipal;
- III – fraude constatada nos preços, medidas ou peso;
- IV – comportamento que resulte em agressão física ou moral a terceiros.

Art. 9º O uso de barracas subordinar-se-á à satisfação das seguintes normas:

- I – cada produtor terá direito a uma unidade independente;

- II – cada unidade terá dimensões uniformes;
- III – devem apresentar higiene, bom estado de conservação e disposição dos produtos para a venda.

Parágrafo único. Quando as atividades de feirante exigirem espaço superior ao convencional, ser-lhe-á oportunizada nova unidade, desde que haja disponibilidade de espaço no ambiente da Feira.

CAPÍTULO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 10º São expressamente proibidos:

- I – a venda de produtos antes do horário pré definido, que será anunciado mediante sinal sonoro;
- II – a exposição de mercadorias previamente vendidas ou reservadas;
- III – a revenda de gêneros alimentícios adquiridos em outros estabelecimentos ou processos de produção e comercialização alheios às atividades do feirante;
- IV – a atração de consumidores enquanto em atividade de compras em outra barraca;
- V – a intermediação ou atravessio de produtos;
- VI – o abandono, após encerradas as atividades, de mercadorias ou equipamentos de apoio à atividade;
- VII – a venda de produtos transformados, sem etiqueta padronizada.

§ 1º A venda antecipada de qualquer produto, implicará a cobrança de multa correspondente a um terço do valor da mensalidade de uma barraca.

§ 2º Na reincidência da infração, aplicar-se-á multa em dobro.

§ 3º O não pagamento da multa no prazo de um mês resultará em penalidades que consistem na suspensão por determinado período da participação em feiras seguintes.

§ 4º O feirante que infringir norma regulamentar será advertido verbalmente e, em caso de reincidência, será cassada a carteira de habilitação para comercialização de sua produção.

Art. 11º Não será tolerada a entrada de vendedores ambulantes no recinto da Feira do Produtor.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 12º A Feira do Produtor de Toledo terá como órgãos de direção e assessoramento, com mandato de dois anos:

- I – Diretoria composta por:
 - a) Presidente;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Secretário;
 - d) Tesoureiro.

II – Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três suplentes.

Art. 13 A eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á em reunião dos feirantes, convocada com antecedência mínima de duas feiras

Art. 14 São atribuições dos membros da Diretoria:

I - a manutenção da ordem e disciplina, podendo buscar, sempre que necessários, a colaboração ou o concurso de órgãos regularmente constituídos;

II – a manutenção atualizada nos seus arquivos, dos dados cadastrais dos associados e seus dependentes;

III – o exercício da vigilância permanente dos diversos estágios da Feira;

IV – a avaliação periódica do andamento das atividades relativas à Feira;

V – a realização de reunião mensal ou sempre que necessária, em data a ser determinada previamente pela Diretoria, para a qual deverão ser convocados os feirantes cadastrados e habilitados;

VI – resolver, de maneira reservada, eventuais infrações de feirantes a este Regulamento.

Art. 15 São deveres dos feirantes:

I – observar rigorosamente as normas regimentais;

II – contribuir para o fortalecimento da Feira, zelando pela sua valorização e importância;

III – colocar informações acerca do produto posto à venda, como forma de oferecer segurança ao consumidor, com exposição em acondicionamento adequado;

IV – pagar regularmente a mensalidade e prestar sua colaboração e apoio em iniciativas de interesse da Feira;

V – estabelecer um clima familiar entre os feirantes, respeitando a vocação e a capacidade de cada um para o exercício da atividade de feirante;

VII – usar guarda-pó, jaleco ou avental e touca, mantendo permanentemente os cabelos presos;

VIII – deixar limpo e em ordem, ao se retirar, o recinto onde exerceu seu ofício final de feirante, depositando em recipientes adequados os detritos ou restos de produtos.

§ 1º As informações de que trata o inciso III do caput deste artigo, incluirão:

I – o nome do produtor;

II – identificação do produto;

III – peso;

IV – data de fabricação e prazo de validade;

V – preço.

§ 2º O descumprimento da manutenção da mensalidade em dia, prevista no inciso IV do caput deste artigo, implicará, quando acumuladas duas mensalidades atrasadas, a suspensão do feirante até a regularização da situação.

Art. 16 O Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos, com igual número de suplentes, e mandato de dois anos, será eleito e empossado nos termos do art. 13.

Parágrafo único. Na primeira reunião de cada gestão será escolhido o presidente dentre os integrantes do Conselho Fiscal.

Art. 17 São atribuições do Conselho Fiscal, além de outras que poderão ser determinadas em reunião dos feirantes ou da Diretoria:

I – examinar os documentos e livros de escrituração da Feira do Produtor de Toledo;

II – examinar os balancetes, balanços e inventários e a prestação de contas anual, sobre eles emitindo parecer;

III – opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para orientar as decisões dos organismos superiores;

IV – prestar cooperação à Diretoria no cumprimento das normas regulamentares.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 Erige-se como faculdade do consumidor, sendo recomendada sua manifestação a título de colaboração, levar ao conhecimento dos membros da Diretoria eventuais abusos ou infrações cometidas pelos feirantes credenciados, para sua avaliação e tomada de providencias.

Art. 19 Deverá a Diretoria, ciente de qualquer irregularidade, exercer sua autonomia, tomando as providencias pra solução do impasse, de modo a amenizar os aspectos com resultados desfavoráveis ao funcionamento da Feira.

Art. 20 À Diretoria caberá, ainda, observadas as disposições legais, a tomada de decisões para a solução dos casos que vierem a ocorrer e não encontrem previsão expressa neste Regulamento.

Art. 21 Em caso de extinção da Feira do Produtor de Toledo, mediante deliberação dos feirantes que a integram, o eventual patrimônio será integralmente destinado a entidade que tenha objetivo similar.

Art. 22 Com a finalidade de orientar as ações administrativas da Diretoria e do Conselho Fiscal, poderá a Diretoria baixar normas, fazendo-as constar em ata das reuniões em que as determinou.

Art. 23 Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação em reunião dos feirantes, com fornecimento de exemplar a cada feirante.

Toledo, Estado do Paraná, 9 de junho de 2005

Marco Zanatta
Presidente

Delci Sbardelotto
Vice-Presidente

Nilce B. E. Bortolin
Tesoureira

Luzia K. Kawabara
Secretária

10														
----	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

2. DO TOTAL DA RENDA FAMILIAR, QUANTO (%) PROVÉM:

2.1 DE VENDA DOS PRODUTOS DA FEIRA _____ %

2.2 DE APOSENTADORIA _____ %

2.3 DE OUTRAS ATIVIDADES _____ % Indicar quais:

3. A PRODUÇÃO É REALIZADA EM SUA PRÓPRIA RESIDÊNCIA?

() SIM () NÃO se não, indicar ONDE é realizada ?

4. POSSUI RESIDÊNCIA PRÓPRIA?

() SIM () NÃO () ALUGUEL () MORA NA CASA DE ALGUÉM. Se sim, indicar QUEM (parente, amigo, etc.):

4. QUAIS OS PRINCIPAIS PRODUTOS PRODUZIDOS EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA?

1ª _____

2ª _____

3ª _____

4ª _____

5ª _____

5. HÁ PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DA FAMÍLIA EM SINDICATOS E OUTRAS ASSOCIAÇÕES?

() SIM () NÃO

SE SIM, QUEM SÃO OS PARTICIPANTES

QUAL SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO

HÁ QUANTO TEMPO:

DE QUE FORMA OCORRE ESTA PARTICIPAÇÃO (INDICAR ATIVIDADES):

B) INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA

1. QUEM INICIOU A COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA?

2. QUANDO?

3. PORQUE?

() COMO UMA ATIVIDADE DE CONSUMO PARA A FAMILIA

() ALTERNATIVA DE COMPLEMENTO DA RENDA ADVINDA DE OUTRAS ATIVIDADES. Se sim indicar quais atividades:

() OUTROS. Indicar quais:

4. O PRODUTO COMERCIALIZADO NA FEIRA É ORIUNDO DE:

() PRODUÇÃO PRÓPRIA

() PRODUÇÃO DE TERCEIROS. SE SIM INDICAR DE QUEM (parente, amigo, vizinho, etc.)?

5. QUAIS OS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA?(LISTA MINUCIOSA)

1º. _____

2º. _____

3º. _____

4º. _____

5º. _____

6. O INÍCIO DE SUA COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA SE DEU ATRAVÉS DE:

() convite de amigo, vizinho, parente, etc. () convite da Emater () convite da Secretaria da Agricultura ou de outro setor da Prefeitura () decisão própria () outros _____

7. QUAL A PRINCIPAL DIFICULDADE PARA PRODUZIR SEU(S) PRODUTO(S)?

() sanitária; () exigência na qualidade do produto; () embalagem; () falta de mercado; () pequena escala; () outros _____

8. QUAL A PRINCIPAL DIFICULDADE PARA COMERCIALIZAR SEU(S) PRODUTO(S)?

() sanitária; () exigência na qualidade do produto; () embalagem; () falta de mercado; () pequena escala; () outros _____.

9. HÁ OUTROS LOCAIS ALÉM DA FEIRA NOS QUAIS COMERCIALIZA A SUA PRODUÇÃO?

15.1 A relação familiar mudou em que sentido?

C) PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO**1. QUAIS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO HOMEM E PELA MULHER NA PRODUÇÃO?**

	00			01			02			03			04			05			06			07			08			09			10										
	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F								
Preparo do produto																																									
Contas da propriedade																																									
Administração																																									
Receita da atividade																																									
Responsável pela comercializ.																																									
Planejamento do que produzir																																									

2. QUANDO INICIOU A COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA QUAL O GRAU DE PARTICIPAÇÃO E DECISÃO NA ATIVIDADE DA MULHER E DO HOMEM?
(0 = piorou; 10 = melhorou muito)

	00			01			02			03			04			05			06			07			08			09			10											
	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F									
Renda familiar																																										
Influência /decisões no planejamento produção																																										
Influência /decisões na venda																																										
Receita da atividade Influência /decisões investimento																																										

D) QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE O EMPODERAMENTO DA MULHER

1. Você é de família rural ou urbana?

1.1. Já teve alguma relação com a agricultura?

1.2. Em pequena ou grande propriedade? De agricultura familiar ou não?

2. Que tipo de atividades desenvolvia antes de comercializar seus produtos na feira?
3. Tinha alguma renda dessas atividades?
4. Para que destinava essa renda?
5. Como se distribuía (divisão do trabalho e tempo) na família, essas atividades?
6. Quem tomava as decisões para realizar essas atividades?
7. Quem decidia pelo uso e distribuição dos recursos?
8. Como você se interessou e decidiu (principais motivos) para iniciar sua comercialização na feira?
9. Como você ficou sabendo da feira do produtor rural?
10. O início da comercialização na feira foi uma decisão sua ou de sua família (marido, filhos)? Como isso foi decidido ou acertado? Foi uma decisão coletiva ou individual?
11. Além de você, alguém da família tem outra barraca na feira?
12. Encontrou alguma dificuldade iniciar sua comercialização na feira? Se sim, de que tipo?
 - () Cadastro na EMATER
 - () Liberação da Vigilância Sanitária
 - () Decisão sobre o que vender na feira
 - () Dinheiro para iniciar a produção
 - () Apoio do marido ou pai
 - () Outra: qual? _____
13. Que produtos vende na feira?
14. Quem fabrica estes produtos?
15. Quem faz a venda na feira (você, seu marido, pai ou irmão, empregados, outros)?
16. Que tipo de apoio recebeu no início de sua comercialização (assistência financeira, organizativa, técnica)? Teve algum curso? Onde foi realizado? E por quanto tempo?
17. Qual desses apoios considera que teve maior importância para você? Por quê?
18. Após ter acesso à feira, teve algum acompanhamento técnico para o desenvolvimento das atividades produtivas? De quem? Por quanto tempo?
19. A comercialização na feira propiciou ter sua própria renda?
20. Para quem você destina o dinheiro recebido com a venda dos produtos? (ajuda na renda familiar, usa em seu próprio proveito educação dos filhos, na vestimenta, compra ou manutenção de imóveis, terra, compra de medicamentos, produtos para alimentação, outros).
21. Quem decide sobre o uso do recurso conseguido na comercialização na feira?

22. Além da venda dos produtos na feira que outras fontes de renda possui? (aposentadoria, bolsa família, outros apoios).
23. Você (mulher) acha que aumentou a sua participação nas decisões familiares quando começou a comercialização na feira? Tem alguma explicação para isto?
24. Você acha que melhorou sua situação econômica após o início da comercialização na feira? Se sim, especifique (comprou algum eletrodoméstico novo, reformou ou melhorou a casa, comprou material escolar, melhorou a alimentação dos membros da família, teve mais dinheiro para comprar remédios, comprou roupas para você e/ou para membros de sua família, outros)
25. Mudou alguma coisa na divisão das tarefas nas atividades produtivas e domésticas a partir de sua participação na feira?
26. Como tem sido a participação familiar (marido, filhos/as, pai, mãe, outros) nessas tarefas? Em quais atividades você passou a ser auxiliada ou foi substituída por outra pessoa?
27. Quem faz as tarefas domésticas? Quem cuida dos filhos?
28. Tem algum tipo de conflito com familiares (marido, pai, mãe, irmãos ou filhos/as) por sair de casa para trabalhar na feira?
29. Tem participado em alguma instituição (sindicato, conselho municipal, cooperativa)? Tem algum cargo administrativo? De que tipo? Teve algum reconhecimento por sua participação?
30. O fato de ter iniciado a comercialização na feira lhe permitiu estabelecer novas relações sociais (conhecer pessoas, estabelecer vínculos de amizade, vizinhança, outras)? Como isto se deu? Quais são esses grupos ou os novos amigos ou amigas?
31. Tem participado ou ido a encontros profissionais (município, região, estado) desde que teve oportunidade de iniciar sua comercialização na feira?
32. Quando participa de um desses encontros, você vai sozinha, ou com o marido, pai, filhos ou outras pessoas?
33. Como você se sente desde que teve a oportunidade de iniciar sua comercialização na feira? (mais segura, tem mais coragem de falar em público, falar em reuniões, mais valorizada, reconhecida)
34. Após sua entrada na feira você começou a se preocupar com a vida política? Com a participação das mulheres neste meio?
35. O que você acha que deveria ser melhorado nas condições de acesso e nas características da feira?
36. Você gostaria de comentar alguma coisa a mais sobre sua experiência a partir de sua comercialização na feira?

ANEXO V – QUESTIONARIO SÓCIO-ECONOMICO (FEIRANTE RURAL)

QUESTIONÁRIO SÓCIO – ECONOMICO (FEIRANTE RURAL)

NOME: _____

Nº DA BARRACA NA FEIRA: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

PESQUISADOR: _____

DATA DA PESQUISA: __/__/__.

A) INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO (A)

Nome	Titular ou Grau de parent. c/ titular	Sexo	Estado Civil	Idade	Nível Escolar.	Salário ou Renda Familiar (Média)	Quem trabalha na Produção	Quem trab. Comercializ.	Ativid. Agríc.	Ativid. Não-agric.	Carteira Assim.	
											S	N

1. CARACTERIZAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA DENTRO DA PROPRIEDADE

Nome	Grau de parent. c/ titular	Sexo	Estado Civil	Idade	Nível Escolar.	Salário/ Renda Familiar (Média)	Trab. na Prod.	Trab comercializ	Ativi. Agríc. (qual)	Ativid . Não-agric. (qual)	Carteira Assinada	
											S	N
01												
02												
03												
04												
05												
06												
07												
08												
09												
10												

2. DO TOTAL DA RENDA FAMILIAR, QUANTO (%) PROVÉM:

2.1 DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS _____%

2.2 DE ATIVIDADES NÃO-AGRICOLAS _____%

2.3 DE VENDA DOS PRODUTOS DA FEIRA _____%

2.4 DE APOSENTADORIA _____%

2.5 DE OUTRAS ATIVIDADES _____%

3. QUAL O TAMANHO DE SUA PROPRIEDADE?

PRÓPRIA _____ ()HA ()ALQUEIRE.

ARRENDADA _____ ()HA ()ALQUEIRE.

PARCERIA _____ ()HA ()ALQUEIRE

4. QUAIS AS PRINCIPAIS CULTURAS PRODUZIDAS NA PROPRIEDADE EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA?

1ª _____

2ª _____

3ª _____

4ª _____

5ª _____

(ACRESCENTAR OUTROS ITENS SE NECESSÁRIO)

5. HÁ PARTICIPAÇÃO DE MENBROS DA FAMÍLIA EM SINDICATOS E OUTRAS ASSOCIAÇÕES?

() SIM () NÃO

SE SIM QUEM SÃO OS PARTICIPANTES

QUAL SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO

HÁ QUANTO TEMPO:

DE QUE FORMA OCORRE ESTA PARTICIPAÇÃO (INDICAR ATIVIDADES):

B) INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA

1. QUEM INICIOU A PRODUÇÃO VOLTADA PARA A FEIRA? E QUANDO?

2. QUEM INICIOU A COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA? E QUANDO?

3. PORQUE?

() COMO UMA ATIVIDADE DE CONSUMO PARA A FAMÍLIA

() GERAÇÃO DE RENDA

() COMPLEMENTO DA RENDA ADVINDA DE OUTRAS ATIVIDADES. SE SIM INDICAR QUAIS ATIVIDADES: _____

() OUTROS: INDICAR QUAIS: _____

4. Tinha alguma renda dessas atividades?
5. Para que destinava essa renda?
6. Como se distribuía (divisão do trabalho e tempo) na família, essas atividades?
7. Quem tomava as decisões para realizar essas atividades?
8. Quem decidia pelo uso e distribuição dos recursos?
9. Como você se interessou e decidiu (principais motivos) para iniciar sua comercialização na feira?
10. Como você ficou sabendo da feira do produtor rural?
11. O início da comercialização da feira foi uma decisão sua ou de sua família (marido, filho)? Como isso foi decidido ou acertado? Foi uma decisão coletiva ou individual?
12. Além de você, alguém da família tem outra barraca na feira?
13. Encontrou alguma dificuldade iniciar sua comercialização na feira? Se sim, de que tipo?
 - () Cadastro na EMATER
 - () Liberação da Vigilância Sanitária
 - () Decisão sobre o que vender na feira
 - () Dinheiro para iniciar a produção
 - () Apoio do marido ou pai
 - () Outra: qual? _____
14. Que produtos vende na feira?
15. Quem produz ou fabrica estes produtos?
16. Quem faz a venda na feira (você, seu marido, pai ou irmão, empregados, outros)?
17. Que tipo de apoio recebeu no início de sua comercialização (assistência financeira, organizativa, técnica)? Teve algum curso? Onde foi realizado? E por quanto tempo?
18. Qual desses apoios considera que teve maior importância para você? Por quê?
19. Após ter acesso a feira, teve algum acompanhamento técnico para o desenvolvimento das atividades produtivas? Por quanto tempo?
20. A comercialização na feira propiciou ter sua própria renda?
21. Para quem você destina o dinheiro recebido com a venda dos produtos? (ajuda na renda familiar, usa em seu próprio proveito educação dos filhos, na vestimenta, compra ou manutenção de imóveis, terra, compra de medicamentos, produtos para alimentação, outros).
22. Quem decide sobre o uso do recurso conseguido na comercialização na feira (você, seu marido, pai, irmão, decisão coletiva)?
23. Além da venda dos produtos na feira que outras fontes de renda possui? (aposentadoria, bolsa família, outros apoios).
24. Você (mulher) acha que aumentou a sua participação nas decisões familiares, especialmente nas atividades da propriedade quando começou comercialização na feira? Tem alguma explicação para isto?

25. Você acha que melhorou sua situação econômica após o início da comercialização na feira? Se sim, especifique (comprou algum eletrodoméstico novo, reformou ou melhorou a casa, comprou material escolar, melhorou a alimentação dos membros da família, teve mais dinheiro para comprar remédios, comprou roupas para você e/ou para membros de sua família)
26. Mudou alguma coisa na divisão das tarefas nas atividades produtivas e domésticas a partir de seu acesso a feira?
27. Como tem sido a participação familiar (marido, filhos/as, pai, mãe, outros) nessas tarefas? Em quais atividades você passou a ser auxiliada ou foi substituída por outra pessoa?
28. Quem faz as tarefas domésticas? Quem cuida dos filhos?
29. Tem algum tipo de conflito com familiares (marido, pai, mãe, irmãos ou filhos/as) por sair de casa para trabalhar na feira?
30. Tem participado em alguma instituição (sindicato, conselho municipal, cooperativa? Tem algum cargo administrativo? De que tipo? Teve algum reconhecimento por sua participação?
31. O fato de ter iniciado a comercialização na feira lhe permitiu estabelecer novas relações sociais (conhecer pessoas, estabelecer vínculos de amizade, vizinhança, outras)? Como isto se deu? Quais são esses grupos ou os novos amigos ou amigas?
32. Tem participado ou ido a encontros profissionais (município, região, estado) desde que teve oportunidade de iniciar sua comercialização na feira?
33. Quando participa de um desses encontros, você vai sozinha, ou com o marido, pai, filhos ou outras pessoas?
34. Como você se sente desde que teve a oportunidade de iniciar sua comercialização na feira? (mais segura, tem mais coragem de falar em público, falar em reuniões, mais valorizada, reconhecida)
35. Após sua entrada na feira você começou a se preocupar com a vida política? Com a participação das mulheres neste meio?
36. O que você acha que deveria ser melhorado nas condições de acesso e nas características da feira?
37. Você gostaria de comentar alguma coisa a mais sobre sua experiência a partir de sua comercialização na feira?